



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM OCEANOGRAFIA AMBIENTAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

**PILSEN CA'LÍA DA COSTA PETERLE**

***WHALE-WATCHING* NO ESPÍRITO SANTO: O TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE  
BALEIAS A PARTIR DA OCEANOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL**

VITÓRIA

2024

PILSEN CA'LÍA DA COSTA PETERLE

***WHALE-WATCHING* NO ESPÍRITO SANTO: O TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE  
BALEIAS A PARTIR DA OCEANOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Ambiental da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Oceanografia Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Camilah Antunes Zappes

VITÓRIA

2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

D111      da Costa Peterle, Pilsen Ca'ía, 2001-  
w      WHALE-WATCHING NO ESPÍRITO SANTO : O  
TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS A PARTIR DA  
OCEANOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL / Pilsen Ca'ía da  
Costa Peterle. - 2025.  
88 f. : il.

Orientadora: CAMILAH ANTUNES ZAPPES.  
Dissertação (Mestrado em Oceanografia Ambiental) -  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências  
Humanas e Naturais.

1. Ecoturismo. 2. Pesquisa oceanográfica. I. ANTUNES  
ZAPPES, CAMILAH. II. Universidade Federal do Espírito  
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 55

---



Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Ambiental  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**Pilsen Ca'lí da Costa Peterle**

**“WHALE-WATCHING NO ESPÍRITO SANTO: O TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE BALEIAS A PARTIR DA OCEANOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Ambiental do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Oceanografia Ambiental.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2025



Documento assinado digitalmente  
**CAMILAH ANTUNES ZAPPES**  
Data: 26/02/2025 16:56:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Comissão Examinadora:

**Profa. Dra. Camilah Antunes Zappes (UFES)**  
Orientadora e Presidente da Comissão Examinadora



Documento assinado digitalmente  
**GILBERTO FONSECA BARROSO**  
Data: 27/02/2025 10:56:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Gilberto Fonseca Barroso (UFES)**  
Examinador Interno



Documento assinado digitalmente  
**PABLO MEDEIROS JABOR**  
Data: 27/02/2025 10:12:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Pablo Medeiros Jabor (IJSN)**  
Examinador Externo



“ONDE ESTÁ A BALEIA

*Aonde está a baleia?  
A baleia no fundo do mar  
A baleia deu o fora  
E o mar estremeceu  
Valei-me Nossa Senhora  
Aonde está a baleia?”*

**Banda de Congo Amores da Lua**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Èṣù, à Yemojá e a todos Òriṣàs pelos caminhos abertos e bênçãos a mim concedidas nessa etapa em minha vida. Laroyê, Èṣù! Odojá Yemojá! Àṣẹ

À Profa. Dra. Camilah Antunes Zappes pela orientação e acolhimento durante esses dois anos do mestrado. Obrigada por abrir as portas do laboratório e do grupo de pesquisa para mim. Sempre foi meu anseio, enquanto bióloga, atuar na área socioambiental, compreendendo as relações e interfaces etnográficas que contemplam a relação entre humanidade e natureza, especialmente na contemporaneidade. Acredito e defendo que um futuro sustentável só é possível a partir de uma abordagem crítica, que compreenda e pesquise o meio ambiente com todos os seus atravessamentos históricos, políticos, raciais, de classe e gênero, especialmente a partir de uma abordagem decolonial. A sua orientação me possibilitou um primeiro contato com a etnografia que foi fundamental para minha formação, contínua, enquanto pesquisadora e profissional. Admiro muito o seu cuidado e sua abordagem humanitária enquanto orientadora. Seus posicionamentos e resistências. Em um cenário em que, muitas vezes a pesquisa pode ser um ambiente hostil, figuras como a sua são fundamentais. Espero que possamos trabalhar novamente juntas no futuro.

Às companheiras do Grupo de Pesquisa Ecologia Humana do Oceano e Laboratório de Oceanografia Socioambiental por todo apoio e suporte durante a pesquisa, campo, congressos e eventos. Muito obrigada pelas trocas e vivências. Agradeço em especial ao colaborador Rafael Granvillla por todo suporte, companheirismo e pontes realizadas e a companheira Juzenilda, por todas as tardes que estivermos juntas, você é uma força e uma grande admiração.

Aos companheiros do Grupo LixoMar e Laboratório de Geoquímica Ambiental (LabGam) por todas os almoços, tardes e cafés que compartilhamos juntos. Trabalhar com pesquisa pode ser muito desafiador e com certeza ter um lugar de afeto e trocas permite que esse trabalho seja realizado com muito mais leveza e prazer. Muito obrigada Fabian, Fábio, Marcus, Thamires e Thayane. Agradeço pelo acolhimento e espero que possamos compartilhar outros espaços no futuro.

Às amigas que construí durante este ciclo, dentro e fora da academia, mas em especial a Joana e Maria. Admiro muito ambas enquanto pesquisadoras e enquanto pessoas, não tenho palavras para agradecer o companheirismo de ambas durante esses dois anos. Foram muitos momentos de alegria, surtos, desesperos e felicidades que compartilhamos. Faço um agradecimento especial a Stanley Lohan, é inenarrável a sua importância para mim nesse período e em minha vida. Te admiro demais enquanto pessoa, enquanto pesquisador, enquanto amigo. Muito obrigada por me ‘puxar’ para o Oceanografia junto contigo, saímos da biologia

juntos e mergulhamos nesse universo agora. Muito obrigada por todas as noites que fechamos o departamento sozinhos de noite quando não havia mais ninguém por aqui. Muito obrigada por todo o companheirismo. Gratidão.

Aos meus pais e minha família, obrigada por todo o suporte. Aproveito aqui para não apenas agradecer, mas também memoriar meu companheiro Marley que finalizou seu ciclo de vida junto com o fim desse ciclo. Obrigada por todos os momentos especiais que compartilhamos juntos e obrigada por iluminar minha vida. Te guardarei para sempre em meu coração, descanse em paz meu *Aumigo* (31/12/2024).

À Universidade Federal do Espírito Santo. Viva a universidade pública, gratuita e de qualidade para todes! Celebremos e lutemos sempre pelo ensino e pesquisa brasileiros.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES (Nº FAPES: 166/2023 – EDITAL Nº 11/2021) (Programa DI 026/2023 - SECTI/FAPES: Sistema Produtivo da Economia do Mar do Estado do Espírito Santo - SPEM/ES) (Nº FAPES: 1082/2023 - P:2023 -J47S7/ Nº SIAFEM: 2023-J47S7); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ/PQ (Processo: 304179/2022-1); FAPES 'DI 004/2024 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Espírito Santo (ZEEC-ES)' pelo financiamento e suporte concedido.

## RESUMO

O turismo de observação de baleias, impulsionado pelo aumento populacional da baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), tem se destacado no sudeste do Brasil, especialmente no Espírito Santo (ES), como uma atividade de crescente relevância para a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico. Contudo, ainda há lacunas na literatura científica acerca de sua prática na região. Este estudo tem como objetivo analisar, a partir das percepções de *stakeholders*, as formas de uso e interferências socioambientais do turismo de observação de baleias na região metropolitana estado do Espírito Santo (ES), sudeste do Brasil. No período de junho de 2023 a fevereiro de 2024, foram conduzidas entrevistas por meio de questionários e registros em diário de campo. A análise dos dados envolveu a aplicação de estatísticas descritivas, Análise de Discurso e Triangulação, com o objetivo de integrar e confrontar as informações coletadas. Trinta e seis *stakeholders* foram entrevistados, distribuídos entre representantes da gestão pública (n=21), da iniciativa privada (n=8) e do terceiro setor (n=7). Em conformidade com os interlocutores, a atividade, realizada principalmente entre julho e novembro, apresenta elevado potencial para promover benefícios ambientais, econômicos e sociais. A maioria dos entrevistados (78%; n=28) reconheceu sua contribuição para a conservação marinha, o fortalecimento da economia local e a promoção de uma mentalidade ambiental. No entanto, desafios estruturais e institucionais limitam o desenvolvimento sustentável da atividade. Entre os principais entraves estão a ausência de regulamentação específica, lacunas na fiscalização, infraestrutura insuficiente e a falta de políticas inclusivas, que restringem o acesso, especialmente de pessoas com deficiência, e intensificam a exclusão social. Apesar dessas limitações, a atividade é valorizada pelos impactos positivos, como a geração de empregos, o incremento do turismo local e a sensibilização da população para a importância da biodiversidade marinha. Contudo, a ausência de normativas específicas e a fragmentação da governança ambiental comprometem a adoção de práticas responsáveis e a mitigação de impactos adversos, como o estresse em cetáceos e a sobrecarga da atividade. Para garantir a sustentabilidade é fundamental implementar estratégias integradas, como a cogestão, envolvendo poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidades locais, assegurando o compartilhamento de responsabilidades e a inclusão social. A partir dos resultados encontrados neste trabalho é recomendada a criação de um marco regulatório robusto - caracterizado por normativas claras que orientem a prática do turismo de observação de baleias de forma sustentável -, aliado à capacitação contínua de operadores e visitantes, além de investimentos em infraestrutura adaptada e monitoramento dos possíveis impactos da atividade.

O turismo de observação de baleias quando gerido de maneira adequada pode ser uma ferramenta estratégica para a conservação marinha e o desenvolvimento regional, inclusive do turismo de base comunitária. Por meio de práticas sustentáveis e de ações coordenadas, a atividade pode equilibrar demandas humanas com a preservação dos ecossistemas marinhos e a valorização do patrimônio natural e cultural das regiões costeiras.

## ABSTRACT

Whale watching tourism, driven by the population increase of the humpback whale (*Megaptera novaeangliae*), has become a growing activity in the southeastern region of Brazil, particularly in Espírito Santo (ES), with increasing relevance for environmental conservation and socioeconomic development. However, there are still gaps in the scientific literature regarding its practice in the region. This study aims to analyze, based on stakeholders' perceptions, the forms of use and socio-environmental impacts of whale watching tourism in the coastal metropolitan region of Espírito Santo (ES), southeastern Brazil. From June 2023 to February 2024, interviews were conducted through questionnaires and field diary records. Data analysis involved the use of descriptive statistics, Discourse Analysis, and Triangulation to integrate and confront the information collected. Thirty-six stakeholders were interviewed, including representatives from the public sector (n=21), private sector (n=8), and the third sector (n=7). According to the respondents, the activity, primarily conducted between July and November, shows high potential to promote environmental, economic, and social benefits. The majority of respondents (78%; n=28) recognized its contribution to marine conservation, strengthening the local economy, and fostering an environmental mindset. However, structural and institutional challenges limit the sustainable development of the activity. Key barriers include the lack of specific regulations, gaps in enforcement, insufficient infrastructure, and the absence of inclusive policies that restrict access, especially for people with disabilities, and exacerbate social exclusion. Despite these limitations, the activity is valued for its positive impacts, such as job creation, increased local tourism, and raising public awareness of the importance of marine biodiversity. However, the lack of specific regulations and the fragmentation of environmental governance hinder the adoption of responsible practices and the mitigation of adverse impacts, such as stress in cetaceans and activity overloading. To ensure sustainability, it is essential to implement integrated strategies, such as co-management, involving public authorities, the private sector, the third sector, and local communities, ensuring shared responsibilities and social inclusion. Based on the findings of this study, it is recommended to create a robust regulatory framework – characterized by clear regulations to guide the practice of sustainable whale watching tourism – combined with continuous training for operators and visitors, as well as investments in adapted infrastructure and monitoring potential impacts of the activity. When managed properly, whale watching tourism can be a strategic tool for marine conservation and regional development, including community-based tourism. Through sustainable practices and coordinated actions, the activity can balance human demands with the

preservation of marine ecosystems and the enhancement of the natural and cultural heritage of coastal regions.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Medidas normativas e seus respectivos objetivos para a prática do turismo de observação de baleias no Brasil.....	17
---	----

### CAPÍTULO 01

Tabela 1. Tópicos das questões dos questionários semiestruturados. ....	258
Tabela 2. Principais agentes envolvidos na promoção e realização do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme as categorias de stakeholders entrevistados.....	269
Tabela 3. Período de existência do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme as categorias de stakeholders entrevistados.....	30
Tabela 4. Período do ano em que as baleias aparecem na costa do Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme as categorias de stakeholders entrevistados. ....	30
Tabela 5. Aspectos positivos e negativos associados ao turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme a percepção dos stakeholders entrevistados. ....	31
Tabela 6. Percepção das categorias de stakeholders sobre a acessibilidade do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.....	31
Tabela 7 Interferências do turismo de observação de baleias na vida das pessoas conforme a percepção dos stakeholders entrevistados.....	32
Tabela 8. Percepção das categorias de stakeholders sobre a sustentabilidade do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.....	33
Tabela 9. Percepção de stakeholders sobre as formas de uso do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil. ....	35

### CAPÍTULO 02

Tabela 1. Tópicos das questões dos questionários semiestruturados.....	59
Tabela 2. Percepção das categorias de stakeholders sobre os aspectos conservacionistas do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.....	61
Tabela 3. Percepção das categorias de stakeholders sobre impactos ambientais do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.....	61
Tabela 4. Percepção das categorias de stakeholders sobre a interferência econômica do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.....	62

Tabela 5. Percepção das categorias de stakeholders sobre as interferências socioculturais do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.....	63
Tabela 6. Normativas e órgãos responsáveis pelo ordenamento/fiscalização do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme os stakeholders.....	64
Tabela 7. Desafios e vantagens no desenvolvimento do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme as categorias de stakeholders.....	64

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES) defronte o mar, localizado no sudeste do Brasil.....	27
Figura 1. Região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES) defronte o mar, localizado no sudeste do Brasil.....	58

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL.....	13
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	16
OBJETIVOS .....	17
<i>Objetivo Geral</i> .....	<b>17</b>
<i>Objetivo Específico</i> .....	17
REFERÊNCIAS.....	17
CAPÍTULO 01.....	21
<b>O turismo de observação de baleias a partir da percepção de <i>stakeholders</i> no sudeste do Brasil</b>	<b>22</b>
<i>RESUMO</i> .....	22
Introdução.....	22
Materiais e Métodos.....	24
Resultados .....	26
<i>Percepção sobre o turismo de observação de baleias</i> .....	<b>26</b>
<i>Formas de Uso</i> .....	<b>31</b>
Discussão .....	35
Considerações Finais .....	44
Agradecimentos .....	44
Referências .....	45
CAPÍTULO 02.....	51
Resumo.....	52
Introdução.....	52
Materiais e Métodos.....	54
Resultados .....	57
<i>Aspectos conservacionistas do turismo de observação de baleias</i> .....	<b>57</b>
<i>Interferências do turismo de observação de baleias</i> .....	<b>59</b>
Discussão .....	62
Considerações Finais .....	69
Agradecimentos .....	70
Referências .....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75

## APÊNDICES

<b>Questionário A:</b> Aplicado aos stakeholders envolvidos indiretamente com o turismo de whale watching no Espírito Santo, sudeste do Brasil. ....	80
<b>Questionário B:</b> Aplicado aos stakeholders responsáveis pela promoção, ordenamento e realização do whale watching no Espírito Santo, sudeste do Brasil. ....	83

## INTRODUÇÃO GERAL

O turismo pode ser uma atividade humana que envolve deslocamentos temporários para locais distintos da residência habitual, com o objetivo de atender necessidades e desejos que vão além do cotidiano, como lazer, aprendizado e interação cultural (Cunha, 2010). Contudo, embora amplamente debatida, sua definição permanece conceitualmente dispersa. Tribe (1997) o descreve como a soma de fenômenos e relações originadas pela interação entre turistas, comunidades locais, governos e empresas, abrangendo dimensões econômicas, sociais e culturais. Em contraste, abordagens economicistas, como as de Ignarra, (1999), limitam o conceito ao aspecto comercial, focando em operações relacionadas à entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros, enquanto negligenciam elementos socioculturais e ambientais. Desse modo, o turismo é reconhecido como um fenômeno multifacetado, que mobiliza redes de interação e gera impactos econômicos, culturais e ambientais significativos, tanto local quanto globalmente (Goeldner et al., 2002; Mathieson & Wall, 1982). Cohen (1979) acrescenta que o turismo é impulsionado pela busca de prazer e novidade, proporcionando experiências transformadoras em contato com lugares e culturas diferentes (Cohen, 1979). Assim, é possível compreender o turismo por meio de uma abordagem sistêmica, considerando-o como um fenômeno integrado que abrange dimensões econômicas, sociais, ambientais e territoriais, demandando uma análise interdisciplinar para capturar sua complexidade e abrangência (Leiper, 1990).

Paralelamente, emerge o conceito de economia do mar, uma abordagem estratégica que engloba atividades diretamente relacionadas ao ambiente marinho, incluindo setores como a pesca, o transporte marítimo e o turismo, sendo destacado como uma ferramenta essencial para o uso sustentável dos recursos oceânicos e a preservação da biodiversidade (Carvalho, 2018; Abdallah, 2016). Considerando essa realidade, torna-se relevante aprofundar o conhecimento sobre a economia do mar, com vistas a fortalecer estratégias nacionais que promovam o uso sustentável dos recursos marinhos e a conservação da biodiversidade (Abdallah, 2016; Santos, 2019). Nesse cenário, o turismo náutico surge como uma interseção promissora entre turismo e economia azul, promovendo experiências recreativas e educativas que alavancam a economia local e incentivam práticas sustentáveis.

A economia do mar, cujos estudos são incipientes no país (Júnior, Monteiro & Receptuti, 2023), é caracterizada por abranger “atividades econômicas que apresentam influência direta do mar, incluindo as atividades econômicas que não têm o mar como matéria-prima, mas, que são realizadas nas suas adjacências” (Carvalho, 2018). Atividades portuárias/industriais,

turísticas e pesqueiras podem ser consideradas os três principais eixos que estruturam a economia do mar (Júnior, Monteiro & Recepti, 2023).

Dentre as atividades turísticas que estruturam a economia do mar, é possível destacar o segmento de observação de baleias (De la Cruz-Modino & Costentino, 2022; Hoyt, 2005; Silva-Jr, 2017) que, por definição, é conceituado como uma atividade de lazer voltada para a visualização, interação e/ou audição de espécies de grandes cetáceos (Hoyt, 2001). A popularização do turismo de observação de baleias não apenas o consagrou como uma atividade turística, mas também o estabeleceu como um meio financeiramente viável para a pesquisa e observação desses animais em seu habitat natural (De la Cruz-Modino & Costentino, 2022). Nesse contexto, proporciona uma abordagem comercial não letal para a interação com esses animais, ao mesmo tempo em que desempenha um papel crucial na sensibilização ambiental e serve como ferramenta relevante em estudos de comportamento animal (Simões et al., 2005; Wearing et al., 2013; Schwoerer et al., 2016; De la Cruz-Modino & Costentino, 2022).

No Brasil, o turismo de observação de cetáceos começou durante a década de 1980, em Fernando de Noronha, estado de Pernambuco (PE) com o golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), e no estado do Amazonas (AM) com o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) (Alves et al., 2013; Vidal et al., 2017), e desde então sua prática vem sendo intensificada (Silva-Jr, 2012; Alves et al., 2013). Estima-se que entre os anos de 1999 e 2009, o turismo de observação de cetáceos cresceu cerca de 4% ao ano, com mais 228.000 turistas em 2006 (Groch et al., 2009). A prática expandiu no Brasil, em especial devido ao crescimento das populações de baleia-jubarte (*Megaptera novaengliae*) e baleia-franca-do-sul (*Eubalaena australis*) cuja distribuição alcança a costa do país durante a primavera e o inverno (Zerbini et al., 2011). Atualmente a prática ocorre principalmente nos estados de Santa Catarina para *E. australis* (Gomes et al., 2022; Hoyt & Iñíguez, 2008; Rossi-Santos, 2016), no sul do estado da Bahia e na região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES) para *M. novaengliae* (Gomes et al., 2022; Hoyt & Iñíguez, 2008; Rossi-Santos, 2016). Para o ES, a atividade caracteriza-se como ainda em expansão, impulsionada principalmente pelo aumento da presença de *M. novaeangliae* durante cada temporada reprodutiva no Atlântico Sul (Bortolotto et al., 2016; Zerbini et al., 2011).

Apesar dos benefícios, o turismo de observação de baleias possui potencial de perturbar a dinâmica dos ecossistemas visitados causando efeitos diretos e indiretos no ecossistema (Parsons, 2012; Kuo et al., 2012; Lusseau & Bejder, 2007). Alguns cetáceos apresentam alterações comportamentais em resposta ao tráfego de barcos (Macedo et al., 2020; Kassamali-Fox et al., 2020; Marega-Imamura et al., 2018) o que pode interferir na taxa reprodutiva e consequentemente no tamanho populacional de espécies. Fato é que ainda existem lacunas para

o entendimento dos efeitos do turismo, a curto e longo prazo, no comportamento de cetáceos. No entanto, há muito que pode ser feito para gerenciar o desenvolvimento do turismo de observação de baleias para minimizar o risco de impactos adversos (Kuo et al., 2012; Hoyt, 2008). Salientando, assim, a necessidade de uma melhor regulamentação, fiscalização e educação dos operadores de observação de baleias, passageiros e demais envolvidos (Hoyt, 2008). Atualmente no Brasil a prática do turismo de observação de baleias é contemplada pela Lei Federal 7.643/88, Portaria IBAMA 117/96 e pela Portaria 375/19 (Tabela 01). Contudo, ainda não há atos normativos responsáveis por definir normas específicas para a atividade, de modo que a prática ainda é realizada sem ordenamento.

Tabela 1. Medidas normativas e seus respectivos objetivos para a prática do turismo de observação de baleias no Brasil.

<b>Ato Normativo</b>	<b>Objetivo</b>
Lei 7.643/88	Proíbe a caça de baleias e toda perturbação intencional de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras
Portaria IBAMA 117/96	Previne e coíbe a ação de molestamento intencional de cetáceos encontrados em águas jurisdicionais brasileiras
Portaria 375/19	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação de Cetáceos Marinhos Ameaçados de Extinção - PAN Cetáceos Marinhos

A atividade de observação de baleias emerge como uma importante ferramenta não apenas para promover a conservação ambiental, mas também como uma fonte significativa de emprego e renda, além de servir como plataforma para pesquisa. Contudo, há uma lacuna no conhecimento quanto à compreensão detalhada de como essa atividade é conduzida no ES, estado cuja costa apresenta um potencial crescente para o turismo de observação de cetáceos. Nesse sentido, é crucial entender a percepção dos *stakeholders* envolvidos, tanto diretamente, quanto indiretamente na atividade (e.g. visitantes, secretarias estaduais e municipais, empresas privadas envolvidas e terceiro setor). Esta compreensão não só é essencial devido à fase inicial e expansão dessa atividade, mas também pela possibilidade de estabelecer parcerias de ações voltadas à conservação entre gestão pública, área privada, grupos sociais que dependem de recursos e territórios marinhos e turistas a fim de garantir a proteção de ambientes oceânicos (Zappes et al., 2021). O engajamento de múltiplos atores, conforme indicado por Abreu et al.

(2017) e Zappes et al. (2021), é fundamental para desenvolver estratégias de cogestão que garantam a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros.

Inserida nesse contexto mais amplo de interações entre populações humanas e os ecossistemas marinhos e costeiros, destaca-se a relevância da Oceanografia Socioambiental (OS), uma disciplina que permite acessar e analisar a percepção dos *stakeholders* em relação às atividades oceânicas, na elaboração de ações voltadas à conservação dos oceanos (Curtin et al., 2010; Costa-Fredo & Ferreira, 2019). Por meio da OS, é possível identificar e compreender as demandas e preocupações das partes interessadas, proporcionando assim uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias eficazes de cogestão e conservação (Lubchenco, 1998; Moura, 2017; Narchi et al., 2019). Além disso, a OS está alinhada com os objetivos da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável, a qual propõe um plano de ação em que todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam trabalhados conjuntamente a partir da zona costeira e do oceano como exemplos de construção para um futuro sustentável, em especial o ODS 14: vida na água.

Nesse contexto, o turismo de observação de baleias pode ser identificado como uma peça chave na "Rota Estratégica para o Futuro do Espírito Santo - Turismo 2035", uma iniciativa governamental que busca não apenas promover o desenvolvimento econômico através do turismo, mas também garantir a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades turísticas na região. Especificamente, o plano enfatiza a importância de promover e fortalecer o turismo sustentável, incluindo iniciativas como o mapeamento e fortalecimento do turismo de observação de fauna e flora, visando identificar áreas propícias para essa prática e garantir sua viabilidade econômica e ambiental. Além disso, o documento delinea um conjunto abrangente de estratégias, como parcerias público-privadas, melhoria da infraestrutura turística e incentivo à adoção de padrões de sustentabilidade e biossegurança. Assim, é crucial compreender as nuances e implicações dessa atividade para a região metropolitana do Espírito Santo, contribuindo para uma gestão mais eficaz e sustentável do turismo de observação de baleias. Desse modo, considerando as questões previamente apresentadas, o presente trabalho tem como objetivo descrever as formas, área de uso e interferências do turismo de observação de baleias na região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES), sudeste do Brasil.

## **ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

O presente documento apresenta uma estrutura composta por dois capítulos, delineados conforme o formato padrão de artigos científicos, em conformidade com as normas

estabelecidas pelos periódicos pertinentes. Ademais, o documento consta com as seguintes seções: 'Introdução Geral', 'Objetivos', 'Considerações Finais' e 'Anexos'.

- Capítulo 01: Neste capítulo são apresentadas as percepções dos interlocutores entrevistados e formas de uso do turismo de observação de baleias no Espírito Santo.
- Capítulo 02: Neste capítulo são apresentadas as interferências positivas e negativas, no âmbito social, ambiental, cultural e político, do turismo de observação de baleias no Espírito Santo a partir da percepção dos interlocutores entrevistados.

## **OBJETIVOS**

### ***Objetivo Geral***

Descrever as formas, área de uso e interferências do turismo de observação de baleias na região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES), sudeste do Brasil.

### ***Objetivo Específico***

- (a) Identificar *stakeholders* da gestão pública, da iniciativa privada e terceiro setor (organizações sem fins lucrativos) envolvidos direta e indiretamente com o turismo de observação de baleias região metropolitana do estado do ES e a atuação de cada envolvido;
- (b) Analisar a partir da percepção destes *stakeholders* as interferências positivas e negativas do turismo de observação de baleias sobre aspectos socioculturais e socioambientais na região;
- (c) Fornecer medidas de co-gestão integrada às propostas de ações de ordenamento voltadas ao turismo de observação de baleias, a fim de contribuir com resultados para a Década da Ciência Oceânica e para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 da Agenda 2030.

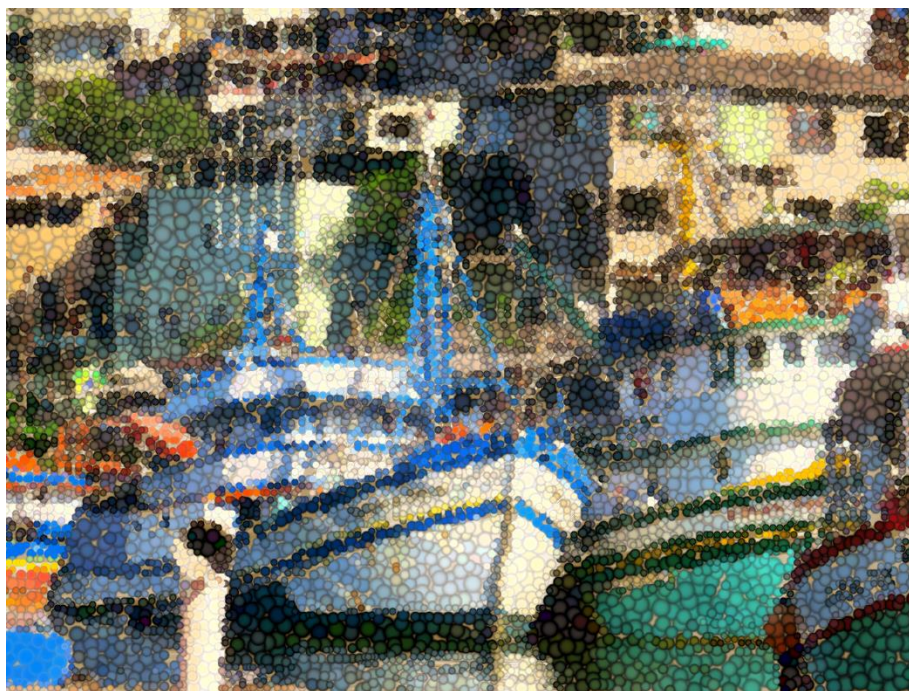
## **REFERÊNCIAS**

- ABDALLAH, P. R. A economia do mar no Brasil. INFOCIRM, v. 28, n. 1, p. 16-17, 2016.
- ABREU, J. S. et al. Pesca artesanal no município de Guarapari, estado do Espírito Santo: Uma abordagem sobre a percepção de pescadores que atuam na pesca de pequena escala. Sociedade & Natureza, v. 32, p. 56-71, 2022.
- ALVES, Luiz CPS et al. As atividades turísticas baseadas na alimentação artificial de botos-da-Amazônia (*Inia geoffrensis*) e a legislação ambiental brasileira. 2013.

- BORTOLOTTO, G. A. et al. Whale, Whale, Everywhere: Increasing Abundance of Western South Atlantic Humpback Whales (*Megaptera novaeangliae*) in Their Wintering Grounds. *PLoS ONE* v. 11, n.10, p. e0164596, 2016.
- CARVALHO, A. B. Economia do mar: conceito, valor e importância para o Brasil. Tese (Doutorado) – Escola de Negócios, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Ic3ufg>.
- COHEN, Erik. Rethinking the sociology of tourism. *Annals of tourism research*, v. 6, n. 1, p. 18-35, 1979.
- COSTA-FREDO, G.; FERREIRA, W. Onde a educação ambiental e a oceanografia se (des) encontram?. *Ambiente & Educação*, v. 24, n. 2, p. 139-161, 2019.
- CUNHA, L. A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário. 2010.
- CURTIN, R.; PRELLEZO, R. Understanding marine ecosystem based management: A literature review. *Marine Policy*, v. 34, p. 821-830, 2010.
- DE LA CRUZ-MODINO, R.; COSENTINO, M. Conservation Hub: The added value of the whale-watching industry. *Sustainability*, v. 14, 2022.
- GOELDNER. et al. Turismo Princípios, Prática e Filosofia. 8ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- GOMES, RRP et al. Turismo de observação de cetáceos no Brasil. 2021.
- GROCH, K. R. et al. Development of whalewatching activities in Southern Brazil: conservation implications for right whales. Unpublished document, Brazil, 2013.
- HOYT, E. Sustainable ecotourism on Atlantic islands, with special reference to whale watching, marine protected areas and sanctuaries for cetaceans. *Biol. Environ*, v. 105, p. 141–154, 2005.
- HOYT, E. Whale watching: Worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits. Yarmouth Port, MA, USA: International Fund for Animal Welfare. 2001.
- HOYT, E.; IÑÍGUEZ, M. The state of whale watching in Latin America. Wdcs, Chippenham, UK, 2008.
- HOYT, Erich. The worldwide value and extent of whale watching 1995. Bath, UK: Whale and Dolphin Conservation Society, 1995.
- IGNARRA, L. R. Fundamentos do turismo. Editora Senac Rio, 2020.
- JÚNIOR, A. P. O.; MONTEIRO, L. L.; RECEPUTI, A. L. .M. Fronteira, economia do mar e mudanças climáticas no Espírito Santo: Primeiras aproximações e principais desafios. *In: PÊGO, B.; et al. Fronteiras do Brasil: O litoral em sua dimensão fronteiriça*. 8. ed.

- Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. P. 347 – 380.  
Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-067-7/capitulo13>.
- KASSAMALI-FOX, A. et al. Tour boats affect the activity patterns of bottlenose dolphins (*Tursiops truncatus*) in Bocas del Toro, Panama. *PeerJ*, v. 8, p. e8804, 2020.
- KUO, Hsiao-I et al. Estimating the impact of whaling on global whale-watching. *Tourism Management*, v. 33, n. 6, p. 1321-1328, 2012.
- LEIPER, N. Partial industrialization of tourism systems. *Annals of Tourism Research*, v. 17, n. 4, p. 600-605, 1990.
- LUBCHENCO, J. Entering the century of the environment: a new social contract for science. *Science*, v. 279, n. 5350, p. 491 - 497, 1998.
- LUSSEAU, D; BEJDER, L. The long-term consequences of short-term responses to disturbance experiences from whalewatching impact assessment. *International Journal of Comparative Psychology*, v. 20, n. 2, 2007.
- MACEDO, H. S. et al. Have you seen the dolphins? Dolphin watching participatory monitoring in a Brazilian multiple-use Marine Protected Area. In: *Marine Protected Areas*. Elsevier, 2020. p. 361-378.
- MAREGA-IMAMURA, M. et al. Behavioral responses of *Sotalia guianensis* (Cetartiodactyla, Delphinidae) to boat approaches in northeast Brazil. *Latin american journal of aquatic research*, v. 46, n. 2, p. 268-279, 2018.
- MATHIESON, A.; WALL, G. *Tourism, economic, physical and social impacts*. 1982.
- MOURA, G. G. M. *Avanços em oceanografia humana: o socioambientalismo nas ciências do mar*. São Paulo: Paco, 2017.
- NARCHI, N. E.; et al. El Colaboratorio de oceanografía social: espacio plural para la conservación integral de los mares y las sociedades costeras. *Ambiente & Sociedade*, v. 18, p. 285 - 301, 2019.
- PARSONS, E. C. M. The negative impacts of whale-watching. *Journal of Marine Biology*, v. 2012, 2012.
- ROSSI-SANTOS, M. R. Whale-watching noise effects on the behavior of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in the Brazilian breeding ground. In: *Proceedings of Meetings on Acoustics 4ENAL*. Acoustical Society of America, v. 27, n. 1, p. 040003, 2016.
- SANTOS, T. *Economia do mar. Estudos marítimos: visões e abordagens*. São Paulo: Humanitas, 2019.

- SCHWOERER, T.; KNOWLER, D.; GARCIA-MARTINEZ, S. The value of whale watching to local communities in Baja, Mexico: A case study using applied economic rent theory. *Ecological Economics*, v. 127, p. 90-99, 2016.
- SILVA-JR, J.M. Turismo de Observação de Mamíferos Aquáticos: benefícios, impactos e estratégias. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 10, n.2, p. 433-465, 2017.
- SIMÕES, D.G.; MACEDO, R.H.F; ENGEL, M.H. Turismo de observação de cetáceos como ferramenta no estudo do comportamento de baleias jubarte (*Megaptera novaengliae*). *Revista de Etologia*, v.7, n.1, p. 2-14, 2005.
- TRIBE, J. The Indiscipline of Tourism. *Annals of Tourism Research*, vol. 24 nº3, pp. 638-657, 1997.
- VIDAL, Marcelo Derzi et al. Ordenamento participativo do turismo com botos no Parque Nacional de Anavilhanas, Amazonas, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Naturais*, v. 12, n. 1, p. 23-36, 2017.
- WEARING, Stephen; MCGEHEE, Nancy Gard. Volunteer tourism: A review. *Tourism management*, v. 38, p. 120-130, 2013.
- ZAPPES, CA. et al. Decade of Ocean Science and its relationship with Social-environmental Oceanography Década da Ciência Oceânica e sua relação com a Oceanografia Socioambiental. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, p. 66513-66534, 2021.
- ZERBINI, A. N. et al. A Bayesian assessment of the conservation status of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in the western South Atlantic Ocean. *J. Cetacean Res. Manage.*, p. 131-144, 2011.
- ZERBINI, A. N. et al. Migration and summer destinations of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in the western South Atlantic Ocean. *J. Cetacean Res. Manage.*, p. 113-118, 2020.



## CAPÍTULO 01

---

O turismo de observação de baleias a partir da percepção de *stakeholders* no sudeste do Brasil

## **O turismo de observação de baleias a partir da percepção de *stakeholders* no sudeste do Brasil**

### *RESUMO*

Nas últimas décadas tem aumentado o interesse no turismo de observação de baleias. Para o estado do Espírito Santo (ES), sudeste do Brasil, essa atividade está em expansão em função do aumento populacional da baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) o que atrai o interesse do público em observar estes animais na natureza. Entretanto, não há trabalhos na literatura sobre a atividade para o ES. Desta forma, este estudo tem como objetivo descrever o turismo de observação de baleias a partir da percepção de *stakeholders*. Entre junho de 2023 e fevereiro de 2024 foram realizadas entrevistas com uso de questionário e diário de campo. A análise incluiu estatística descritiva básica, Análise de Discurso e Triangulação, a fim de integrar e comparar as informações. Trinta e seis *stakeholders* foram entrevistados, sendo 21 gestão pública, 8 iniciativa privada e 7 terceiro setor. Todos reconhecem que a atividade é realizada no ES principalmente entre os meses de julho e novembro. Os desafios descritos para a atividade estão relacionados à gestão, infraestrutura e divulgação. De acordo com os entrevistados há ausência de regulamentação e políticas inclusivas para pessoas com deficiência o que limita o acesso e intensifica exclusão social. Entretanto, os entrevistados reconhecem que a atividade traz benefícios econômicos e ambientais, como o incremento do turismo local, a geração de empregos e renda, e a sensibilização da população sobre a vida marinha. Para garantir a sustentabilidade e maximizar os benefícios da atividade é fundamental definir regras de uso do espaço e ações de cogestão entre gestão pública, iniciativa privada e terceiro setor. Ainda é importante a implementação de um marco regulatório preventivo, aliado à capacitação contínua dos operadores e visitantes, bem como construção de infraestrutura adaptada à inclusão e manutenção da qualidade deste turismo, a fim de reduzir interferências da atividade sobre a população de baleia-jubarte do Atlântico Sul.

*Palavras-chave:* Economia do Mar, Ecoturismo, *Megaptera novaeangliae*, Oceanografia Socioambiental, *whale watching*.

### **Introdução**

Nas últimas décadas, o turismo em ambientes marinhos aumentou significativamente em especial o turismo de observação de baleias (De la Cruz-Modino & Costentino, 2022; Silva-Jr, 2017). Este turismo é definido como passeio de barco, de ar ou de terra, formal ou informal,

de aspecto comercial, para ver, nadar e/ou ouvir qualquer espécie de grande baleia (Hoyt, 2001). Com a popularização da atividade, a prática deixou de ser apenas recreativa, proporcionando um uso comercial não letal destes animais e tornando-se também uma ferramenta de sensibilização ambiental e para pesquisas de etologia (Schwoerer et al., 2016; De la Cruz-Modino & Costentino, 2022).

A expansão da prática do turismo de observação de baleias pode ser um indicativo da atuação dos oceanos no desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, permitindo discussões sobre Economia do Mar, a qual compreende atividades econômicas oriundas diretamente dos oceanos (Santos, 2019). Neste sentido, compreender interações e relações estabelecidas entre populações humanas e ecossistemas marinho e costeiro tem se tornado importante em ações voltadas à conservação dos oceanos (Costa-Fredo & Ferreira, 2019).

Inserida nesta discussão está a Oceanografia Socioambiental (OS), uma área de conhecimento a qual permite acessar e analisar a percepção de *stakeholders* junto às áreas de pesquisa da oceanografia clássica (Narchi et al., 2019). Por definição, *stakeholder* compreende qualquer indivíduo, grupos ou outro tipo de organização envolvidos – direta ou indiretamente – nas ações de determinado projeto ou organização (Lyra, Gomes & Jacovine, 2009). Desse modo, com resultados da OS é possível definir ações de cogestão públicas eficazes e promover medidas voltadas à conservação dos oceanos, além de cumprir com metas da Década da Ciência Oceânica e Agenda 2030 (Fernandes & Zappes, 2020; Zappes et al., 2021).

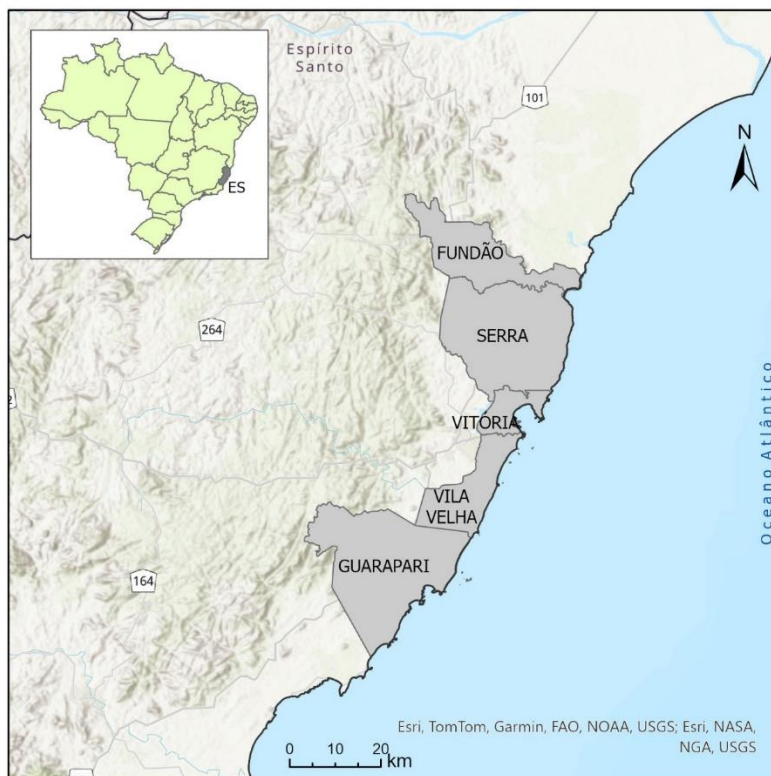
No estado do Espírito Santo (ES), sudeste do Brasil, o turismo de observação de baleias compreende uma atividade ainda em expansão principalmente pelo aumento do número de indivíduos de baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae* Borowski, 1781) a cada temporada reprodutiva no Atlântico Sul (Bortolotto et al., 2016; Zerbini et al., 2011). Por este motivo, ainda não há estudos dedicados a descrever como essa atividade ocorre na região. Dessa maneira, torna-se importante compreender a percepção de *stakeholders* envolvidos direta e indiretamente na atividade (e.g. secretarias federais, estaduais e municipais, empresas privadas envolvidas e terceiro setor), principalmente devido ao fato da atividade ser recente e ainda em crescimento. O entendimento do modo como ocorre uma atividade turística envolvendo cetáceos possibilita o estabelecimento de parcerias voltadas às ações de conservação entre gestão pública, área privada, grupos sociais que dependem de recursos e territórios marinhos e turistas a fim de garantir a proteção de ambientes oceânicos (Alves et al., 2013). A compreensão da percepção de *stakeholders* é uma importante etapa na elaboração de estratégias de cogestão para a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros uma vez que permite discussões interdisciplinares e garante a participação dos diferentes atores envolvidos (Abreu et al., 2022;

Zappes et al., 2021). Portanto, considerando as questões anteriormente apresentadas, o presente estudo tem como objetivo descrever o turismo de observação de baleias praticado na região metropolitana do estado do ES, a partir da percepção de *stakeholders*.

## **Materiais e Métodos**

As atividades de campo do presente estudo foram conduzidas nos municípios de Fundão (19°55'58"S; 40°24'25"O), Serra (20°07'44"S; 40°18'29"O), Vitória (20°19'20"S; 40°20'17"O), Vila Velha (20°19'50"S; 40°17'32"O) e Guarapari (20°39'4"S; 40°30'24"O), compondo parte da região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES) (Figura 1). Esta região está localizada em uma importante área reprodutiva para a população de *M. novaeangliae* do Atlântico Sul, cujos indivíduos migram anualmente para reprodução e nascimento de infantes desde a costa do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte. Este período migratório inicia no inverno (entre os meses de junho e julho) permanecendo até meados da primavera (entre os meses de outubro e novembro) (Zerbini et al., 2020). Durante todos estes meses as baleias se tornam uma atração turística.

*Figura 1* Região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES) defronte o mar, localizado no sudeste do Brasil.



Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizada uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados foram obtidos entre os meses de junho de 2023 e fevereiro de 2024 a partir das ferramentas etnográficas: (i) entrevistas individuais por meio de dois questionários semiestruturados (Schensul et al., 1999) com questões abertas (A: N=27; B: N=39) e fechadas (A: N=23; B: N=23) (Tabela 1); e (ii) diário de campo (Minayo, 1992), no qual foram registradas observações adicionais referentes aos encontros (Geertz, 1998). Os *stakeholders* mapeados foram divididos em três grupos, sendo: (1) gestão pública, compreendendo as esferas nacional, estadual e municipal; (2) iniciativa privada; e (3) terceiro setor. Para a amostragem foi adotado a proposta de número amostral (n) sugerido por Mason (2010) (aproximadamente 30 entrevistas).

Para a análise dos dados qualitativos, as respostas obtidas foram organizadas em categorias de acordo com o questionário aplicado (Ryan & Bernard, 2000), permitindo assim o agrupamento dos dados por temas. Ainda, foi aplicada a Análise de Discurso sobre os relatos, a fim de compreender o sentido da linguagem, e o método da Triangulação para cruzar e filtrar as informações coletadas nas diferentes metodologias (Teis & Teis, 2006).

*Tabela 1 Tópicos das questões dos questionários semiestruturados.*

<b>Tópico</b>	<b>Questões</b>
1. Conhecimento Geral	Tempo de existência da atividade no estado Período de ocorrência das baleias Agentes responsáveis pela realização da atividade Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
2. Descrição da Atividade	Local de saída Tempo de duração Avistamento de baleias e número de baleias avistadas Registro de conflitos ou acidentes Tipo de embarcação Número de embarcações homologadas Número de passageiros e tripulantes Orientações e dispositivos de segurança Custo da atividade Milhas percorridas Distância de aproximação Público Alvo

3. Interferências Associadas ao Turismo	Acessibilidade Impactos ambientais, culturais, econômicos e sociais Fatores que favoreçam e dificultam a implementação do turismo Aspectos conservacionistas
4. Normativas e Regulamentação	Documentação necessária Normativas Órgão fiscalizador
5. Sugestões de Aprimoramento	

---

## Resultados

Trinta e seis *stakeholders* foram entrevistados divididos nas categorias gestão pública (58%; n=21), iniciativa privada (22%; n=8) e terceiro setor (19%; n=7). Dentre os entrevistados da gestão pública há atuação em secretarias municipais (Fundão =1; Serra=2; Vitória=04; Vila Velha=4; Guarapari=1), Governo do Estado (n=4) e instituições públicas diversas (n=5). Na iniciativa privada (n=8), os entrevistados atuam diretamente com o turismo de observação de baleias (n=2); e empresas/microempreendimentos associadas ao turismo (n=6). Dentre os entrevistados do terceiro setor (n=7) há organizações de conservação (n=5) e grupos da sociedade civil (n=2).

### *Percepção sobre o turismo de observação de baleias*

Todos os entrevistados (100%; n=36) relatam conhecer o conceito do turismo de observação de baleias, bem como sua ocorrência no estado do Espírito Santo (ES). Em relação à promoção e realização da atividade existe uma rede diversificada de agentes envolvidos que inclui organizações voltadas à conservação ambiental (36 organizações citadas), empresas de turismo (33 empresas citadas), entidades governamentais (5 entidades citadas), dentre outros agentes diversos (4 citações) (Tabela 2). O número de respostas foi maior que o número de entrevistados, pois em um mesmo relato continha mais de uma descrição.

*Tabela 2 Principais agentes envolvidos na promoção e realização do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme as categorias de stakeholders entrevistados.*

<b>Categoria</b>	<b>Organizações de Conservação</b>	<b>Empresas de Turismo</b>	<b>Entidades Governamentais</b>	<b>Outros</b>
Gestão Pública	19	5	2	1
Iniciativa Privada	7	11	2	0
Terceiro Setor	10	17	1	3

Total	36	33	5	4
-------	----	----	---	---

Para os entrevistados (n=17; 47,2%), o turismo de observação de baleias é uma atividade recente no ES, embora não tenha sido identificada uma data exata do início dessa prática (Tabela 3). Contudo, relatos mencionaram marcos específicos, como o início da movimentação para a implementação do turismo de observação de baleias em 2014, as primeiras embarcações homologadas em 2017 e o desenvolvimento de pesquisas desde 2009. O número de respostas foi maior que o número de entrevistados, pois em um mesmo relato continha mais de uma descrição. A atividade é realizada entre os meses de julho e novembro já que segundo os entrevistados, o período de ocorrência das baleias no ES é entre os meses de maio e novembro, com maior concentração nos meses de junho a outubro (n=18; 50%) (Tabela 4).

*Tabela 3 Período de existência do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme as categorias de stakeholders entrevistados.*

<b>Período</b>	<b>Gestão Pública</b>	<b>Iniciativa Privada</b>	<b>Terceiro Setor</b>	<b>Total</b>
Entre 2 e 5 anos	10 (47,6%)	4 (50%)	3 (42,7%)	17
Entre 6 e 10 anos	5 (23,8%)	2 (25%)	5 (71,4%)	12
Mais de 10 anos	3 (14,3%)	1 (12,5%)	1 (14,3%)	5
Não Sabe	3 (14,3%)	1 (12,5%)	0 (0%)	4

*Tabela 4. Período do ano em que as baleias aparecem na costa do Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme as categorias de stakeholders entrevistados.*

<b>Período</b>	<b>Gestão Pública</b>	<b>Iniciativa Privada</b>	<b>Terceiro Setor</b>	<b>Total</b>
Entre maio e novembro	1 (4,8%)	5 (62,5%)	4 (28,6%)	10
Entre junho e setembro	6 (28,6%)	4 (50%)	1 (14,8%)	11
Entre julho e outubro	11 (52,4%)	2 (25%)	6 (85,7%)	19
Não sabe	8 (38,1%)	2 (25%)	0 (0%)	10

Os entrevistados avaliaram o turismo de observação de baleias como uma atividade que incrementa o turismo do estado (94,4%; n=34). Os relatos indicam uma diversidade de percepções sobre a atividade, e destacam diferentes aspectos positivos, desafios e oportunidades. Apesar da percepção positiva sobre o potencial econômico e ambiental da

atividade, também foram destacadas preocupações relacionadas à acessibilidade e divulgação (Tabela 5).

*Tabela 5 Aspectos positivos e negativos associados ao turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme a percepção dos stakeholders entrevistados.*

<b>Categoria</b>	<b>Aspectos Positivos</b>	<b>Aspectos Negativos</b>
Gestão Pública	Impacto ambiental positivo Potencial de sensibilização Divulgação do estado Diversificação do turismo	Necessidade de divulgação e acessibilidade Necessidade de gestão
Iniciativa Privada	Atrativo turístico Impacto ambiental positivo Proximidade das baleias à costa do estado Potencial de desenvolvimento sustentável	Necessidade de investimentos Escassez de píer público Escassez de embarcações com autorização para a atividade
Terceiro Setor	Potencial de desenvolvimento econômico sustentável	Necessidade de integração comunitária Necessidade de divulgação e acessibilidade

A maioria dos interlocutores (66,7%; n=24) considera o turismo de observação de baleias no ES uma atividade inacessível financeiramente ao público em geral: Gestão pública 76,2% (n=16); Iniciativa privada 37,5% (n=3); Terceiro setor 71,4% (n=5) (Tabela 6). Ainda, uma parcela significativa dos entrevistados (66,7%; n=24) considera a atividade inacessível para pessoas com deficiência (PcD): Gestão pública 61,9% (n=13); Iniciativa privada 75% (n=6); Terceiro setor 71,4% (n=5) (Tabela 6). De acordo com o representante do órgão de autoridade marítima, embora a acessibilidade não seja uma exigência obrigatória para a homologação das embarcações, pode ser relevante para incremento da acessibilidade na prática deste tipo de turismo.

*Tabela 6. Percepção das categorias de stakeholders sobre a acessibilidade do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.*

<b>Categoria</b>	<b>Justificativa de inacessibilidade financeira</b>
------------------	---

Gestão pública	Elevado custo associado ao passeio limitando a atividade a uma parcela da população
Iniciativa privada	Elevado custo associado ao passeio limitando a atividade a uma parcela da população
Terceiro setor	Elevado custo associado ao passeio limitando a atividade a uma parcela da população

<b>Categoria</b>	<b>Justificativa de acessibilidade financeira</b>
Gestão Pública	Valor justificável devido às despesas associadas à atividade
Iniciativa Privada	Valor justificável devido as despesas associadas à atividade
Terceiro Setor	-

<b>Justificativa de inacessibilidade para pessoas com deficiência</b>	
Gestão pública	Falta de estrutura nos píeres e embarcações Ausência de equipes capacitadas
Iniciativa privada	Falta de estrutura nos píeres e embarcações
Terceiro setor	Falta de estrutura nos píeres e embarcações

<b>Categoria</b>	<b>Justificativa de acessibilidade para pessoas com deficiência</b>
Gestão Pública	Possibilidade de experiências sensoriais
Iniciativa Privada	Possibilidade de experiências sensoriais
Terceiro Setor	-

Para 94,4% (n=34) dos entrevistados [Gestão Pública (90,5%; n=19), Iniciativa Privada (100%; n=8) e Terceiro Setor (100%; n=7)], o turismo de observação de baleias interfere de alguma forma na vida das pessoas, seja através de seus efeitos econômicos, ambientais ou sociais (Tabela 7). Em relação à sustentabilidade da atividade, a maioria dos entrevistados (69,4%; n=25) considera eficaz para o estado [Gestão Pública (n=13), Iniciativa Privada (n=7) e Terceiro Setor (n=4)]. Entretanto, 19,4% (n=7) apresenta percepção contrária e justificam a necessidade de implementação medidas adequadas para regulamentação e gestão da atividade (Tabela 8).

*Tabela 7 Interferências do turismo de observação de baleias na vida das pessoas conforme a percepção dos stakeholders entrevistados.*

<b>Categoria</b>	<b>Interferências</b>
Gestão pública	Sensibilização ambiental Mudança de postura e percepção sobre o meio ambiente
Iniciativa privada	Bem-estar emocional e psicológico Mudança de postura e percepção sobre o meio ambiente Sensação de pertencimento Conexão espiritual Engajamento com causas ambientais e climáticas
Terceiro setor	Sensibilização ambiental Bem-estar emocional e psicológico Sensação de pertencimento Mudança de postura e percepção sobre o bem-estar ambiental e comunitário Engajamento com causas ambientais e climáticas

*Tabela 8. Percepção das categorias de stakeholders sobre a sustentabilidade do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.*

<b>Categoria</b>	<b>Justificativa Sustentável</b>	<b>Justificativa Não-Sustentável</b>
Gestão Pública	Contato sem impactos negativos ao meio ambiente Contribuição para a conservação da baleia Benefícios econômicos locais	Caráter sazonal da atividade Eventuais transtornos para fauna marinha
Iniciativa Privada	Sensibilização ambiental Contato sem impactos negativos ao meio ambiente Benefícios econômicos locais	Caráter sazonal da atividade Consumo de combustível das embarcações
Terceiro Setor	Contato sem impactos negativos ao meio ambiente	Viabilidade econômica da atividade em função da limitação de acesso financeiro para determinadas classes sociais Poluição sonora Emissões de carbono

### ***Formas de Uso***

A percepção dos interlocutores que realizaram a atividade (28%; n=10) indica uma experiência predominantemente positiva, caracterizada por avistagens frequentes de baleias, ausência de conflitos ou acidentes, e significativa organização e segurança das atividades; enquanto os interlocutores responsáveis pela oferta e promoção da atividade (17%; n=6) destacam a regularidade das saídas, a atenção às normas de segurança, e um público diversificado composto por moradores locais e visitantes de outros estados. Contudo, algumas divergências são observadas em relação às embarcações, documentações necessárias e a ocasionais irregularidades na realização da atividade (Tabela 9).

Tabela 9. Percepção de stakeholders sobre as formas de uso do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.

<b>Questão</b>	<i>Stakeholders que realizaram a atividade</i>	<i>Stakeholders que ofertam e promovem o turismo</i>
Local de saída	Vitória	Vitória Pier dos Pescadores
Realização	Organização de conservação especializada Agências de turismo Saída informal	Organização de conservação especializada Agências de turismo
Ocorrência de avistamento	Sim (90%; n=9)	Sim (100%; n=6)
Quantidade de baleias	Variado Além de baleias é possível também observar outras faunas marinhas (fauna acompanhante; e.g. aves, outras espécies de cetáceos, pinguins, tartarugas)	Variado
Registro de acidente	Não (90%; n=9)	Não (100%; n=6)
Aproximação da embarcação à baleia	-	100 metros em relação aos adultos 200 metros em relação aos filhotes
Duração	Aproximadamente 6 horas	Aproximadamente 6 horas
Milhas percorridas	-	Aproximadamente 10 milhas
Tipo de embarcação	Escuna	Escuna

	Lancha Bote	
Número de embarcações	-	Três
Documentação necessária para realização da atividade	-	Cartão de Tripulação de Segurança/CTS Título de Inscrição de Embarcação/TIE Caderneta de Inscrição E Registro/CIR Normas da Autoridade Marítima/NORMAM 01 e 02
Número de passageiros	Variado	Variado conforme a embarcação (15 a 30)
Número de tripulantes	-	Variado conforme a embarcação (2 a 4)
Capacitação da tripulação	-	Sim (83,3%; n=5)
Orientações de segurança	Sim (60%; n=6): Material informativo Medicamentos Equipamentos de proteção individual (epis)	Sim (83,3%; n=5): Material informativo Treinamento prévio Sensibilização ambiental Pesquisador(a) a bordo
Dispositivos de segurança	Colete salva-vidas	Balsa salvatória Colete salva-vidas
Público-alvo	-	Moradores locais Visitantes de outros estados: sudeste do brasil
Configuração do público	Grupo (50%; n=5) Dupla (20%; n=2)	Dupla (33,3%; n=2)

Período do ano com maior concentração de saídas	-	Julho
Meios de divulgação	-	Mídias digitais Mídias tradicionais (e.g rádio, jornal, televisão) Parcerias institucionais
Valor	Gratuito (80%; n=8)	Entre R\$ 310 e 400

---

## Discussão

A maior representatividade de interlocutores da gestão pública pode ser explicada pela estrutura administrativa e do encargo que o setor público desempenha na gestão do turismo. A gestão pública é responsável pela criação e implementação de políticas públicas que garantem a regulamentação ambiental e a promoção do desenvolvimento econômico local. Ademais, a esfera pública tem um compromisso legal com a transparência, conforme instituído na Constituição Federal Brasileira de 1988 e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o que resulta em uma maior interação entre os representantes da gestão pública e a sociedade.

O conhecimento dos interlocutores relacionado ao turismo de observação de baleias pode estar relacionado à atuação direta ou indireta com o turismo náutico frequentemente realizado na região. Contudo, as percepções variam conforme as funções e o grau de envolvimento com a atividade. Aqueles que trabalham diretamente com o turismo de observação de baleias, como operadores de turismo, possuem um conhecimento mais detalhado e prático da atividade. Em contraste, os interlocutores que atuam indiretamente, como secretarias municipais, podem ter um conhecimento mais superficial, focado em regulamentações e políticas públicas. Entretanto, a perspectiva de cada grupo é essencial para integrar o turismo de observação de baleias em políticas públicas voltadas ao turismo (Finkler et al., 2019).

A percepção de que o turismo de observação de baleias é uma atividade recente no ES pode ser atribuída a diversos fatores históricos e ambientais. Provavelmente um marco significativo para a expansão da atividade foi a proibição da caça comercial de baleias em 1986, estabelecida pela Comissão Internacional Baleeira (*International Whaling Commission/IWC*) e a proibição de molestamento de cetáceos em águas brasileiras em 1987, instituída pela Lei 7.643/87. Estes marcos tiveram um impacto substancial na recuperação das populações de baleias (Zerbini et al., 2011; Morais et al., 2017), fortalecendo os trabalhos em prol da conservação dos cetáceos, no caso deste estudo a baleia-jubarte (Martins et al., 2019). Esta baleia classificada anteriormente como vulnerável e ameaçada de extinção de acordo com a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção do MMA (Brasil, 2003) e a Lista Vermelha da IUCN (IUCN, 2011) vem a cada temporada retomando seus territórios reprodutivos no Atlântico Sul. Em aproximadamente 40 anos de moratória houve aumento do tamanho populacional de *M. novaeangliae* na costa brasileira (Zerbini et al. 2019), chegando a deixar a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção do MMA (Brasil, 2014). Desta forma, o aumento da ocorrência de indivíduos de baleia-jubarte a cada temporada reprodutiva no Atlântico Sul (Bortolotto et al., 2016; Zerbini et al., 2011), aliados ao aumento

da sensibilização ambiental e à valorização do turismo ecológico, criou um cenário propício para o desenvolvimento do turismo de observação de baleias no Brasil.

Em relação à presença de baleias-jubarte na costa do ES, a descrição dos interlocutores coincide com a ocorrência sazonal de *M. novaeangliae* descrita na literatura. A ocorrência da espécie é registrada em todos os principais oceanos, com preferência por áreas de plataforma continental, migração sazonal entre áreas de alimentação junto aos polos, e áreas de reprodução em águas tropicais e subtropicais (Clapham & Mead, 1999; Andriolo et al. 2010). As populações do Hemisfério Sul geralmente se alimentam na Antártida e Ilhas Sanduíche do Sul entre novembro e abril e migram para áreas de reprodução perto do Equador entre maio e outubro (Clapham & Mead, 1999; Andriolo et al. 2010; Zerbini et al. 2011).

Em conformidade com Zerbini et al. (2011), os locais de invernada destas populações são relativamente bem conhecidos, ocorrendo durante o inverno e primavera na costa do Brasil entre a ponta nordeste do continente sul-americano ao sul em direção a Cabo Frio. Contudo, a distribuição de *M. novaeangliae* no Brasil não ocorre de maneira regular, havendo maior concentração no Banco dos Abrolhos (Andriolo et al. 2010), um importante complexo recifal e com uma ampla plataforma continental localizado no extremo sul do estado da Bahia e norte do ES (Wedekin et al., 2010), e próximo de ilhas e sistemas de recifes de corais (Clapham & Mead, 1999).

A respeito dos aspectos positivos e negativos do turismo de observação de baleias no ES, a percepção positiva sobre o impacto ambiental e o potencial econômico corrobora com tendências já observadas na literatura (e.g. Higham et al. 2016; Finkler & Higham, 2020; Wilson & Tisdell, 2003; Hoyt & Iñíguez 2008; Higham et al., 2014). Essa avaliação é pertinente, pois o ES, um estado com vocação histórica para atividades costeiras (Oliveira-Júnior et al., 2023), pode beneficiar-se significativamente da promoção de atividades de ecoturismo, como o turismo de observação de baleias, que reforçam a conexão entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. No entanto, é imprescindível considerar os desafios identificados pelos interlocutores relacionados à gestão, infraestrutura e divulgação da atividade. Embora o turismo de observação de baleias tenha se mostrado promissor existem barreiras que podem limitar o pleno aproveitamento desse potencial, como infraestrutura inadequada que dificulta o acesso de turistas e visitantes e pouca divulgação.

A presença de baleias em áreas costeiras representa uma oportunidade importante na educação e sensibilização ambiental (Higham et al., 2014). A observação de baleias é frequentemente destacada por seus benefícios culturais e ambientais, como aumento da mentalidade marítima (Biazon, 2017). Alinhado com as percepções dos interlocutores, estudos

ressaltam que o turismo de observação de baleias auxilia na promoção da sensibilização de participantes para questões ambientais (Higham et al. 2016); além da capacidade da atividade de impulsionar o desenvolvimento econômico. Em muitas comunidades, a observação de baleias consolidou-se como um importante integrante das economias locais, como em Kaikoura na Nova Zelândia; e Lahaina no Havaí (Hoyt, 2001; Hoyt & Hvenegaard, 2002). Nestes locais, a atividade contribui na geração de empregos e incentivo regional. Desta forma, o turismo de observação de baleias pode ser uma fonte de renda significativa para comunidades locais, especialmente em áreas com poucas alternativas econômicas (Wilson & Tisdell, 2003). Nesse sentido, Hoyt e Iñiguez (2008) destacam a contribuição substancial da atividade na América Latina para diferentes localidades, enfatizando a necessidade de uma gestão eficiente de práticas sustentáveis para garantir sua manutenção a longo prazo (Garrod & Fennell, 2004). Apesar de estudos pontuais sobre Economia do Mar e o turismo de observação de baleias ocorrerem no ES, as informações ainda são incipientes, o que dificulta compreender o real efeito da atividade na sensibilização ambiental regional e sua interferência na Economia do Mar da costa central do estado.

Desafios de gestão e infraestrutura foram relatados pelos interlocutores nesta pesquisa, sendo uma preocupação também constatada em diversos estudos. Hoyt & Iñiguez (2008) identificam que a falta de regulamentação e infraestrutura adequada limita o crescimento sustentável do turismo de observação de baleias. Nesta mesma discussão, Lamers et al. (2019) enfatizam a necessidade de políticas públicas que abordem a regulamentação, infraestrutura e coordenação entre *stakeholders* para garantir a sustentabilidade da atividade. Desse modo, a falta de infraestrutura, como píeres e embarcações adequadas, pode limitar a capacidade de expansão da atividade e a experiência de turistas e visitantes (O'Connor et al., 2009).

A carência de uma divulgação eficaz também foi identificada como uma limitação para o desenvolvimento da atividade. Esta é crucial para atrair turistas e visitantes, e educar o público sobre a importância ambiental e cultural da observação de baleias (Curtin et al., 2010). Campanhas de *marketing* direcionadas e programas educacionais podem aumentar a participação e a mentalidade marítima, além de promover comportamentos responsáveis entre o público e *stakeholders* (Biazon, 2017; Zeppel & Muloïn, 2008).

O valor econômico que o turista ou visitante precisa investir para vivenciar o turismo de observação de baleia é considerado inacessível na percepção dos interlocutores, o que limita a participação popular. Contudo, as justificativas para esses custos variam entre os grupos de *stakeholders*, refletindo suas diferentes prioridades e responsabilidades. Enquanto a gestão pública e o terceiro setor enfatizam a necessidade de ampliar o acesso, a iniciativa privada

defende a viabilidade econômica das operações como essencial para a manutenção da qualidade e segurança das experiências oferecidas. Nesse contexto, é válido ressaltar que a atividade é conduzida em um bairro periférico da capital Vitória, em um píer público do estado, construído para atender às demandas dos pescadores locais. Nessa conjuntura, a atividade levanta questões já que é realizada a partir de píer público, sendo inacessível financeiramente ao público em geral e sem envolvimento da comunidade local.

A atual conjuntura sociopolítica brasileira agrava ainda mais essa situação. A transformação da experiência natural de avistar baleias em um produto comercializável é um exemplo de como a natureza é mercantilizada no capitalismo. Este processo, segundo Harvey (2005), implica que a natureza se torna uma mercadoria sujeita às dinâmicas de oferta e demanda do mercado. Nesse contexto, a acessibilidade financeira ao turismo de observação de baleias é determinada por sua valoração econômica, o que frequentemente resulta em exclusão social. Assim, a mercantilização da natureza resulta na criação de barreiras econômicas que limitam o acesso de grande parcela da população a experiências naturais. Essa dinâmica não apenas perpetua desigualdades socioeconômicas, mas também influencia a maneira como práticas de conservação são implementadas, enfatizando o valor econômico sob o seu valor intrínseco ou ecológico (Castree, 2003).

Nesse sentido, a apropriação de territórios tradicionais por atividades turísticas, como o turismo de observação de baleias, evidencia a dinâmica de exclusão que acentua as contradições entre desenvolvimento econômico e justiça socioambiental. O processo de urbanização e expansão do turismo em áreas ocupadas por comunidades tradicionais frequentemente desconsidera as relações históricas e culturais dessas populações com o território, contribuindo para a marginalização social e ambiental dessas comunidades. Conforme Grostein (2001), a urbanização contemporânea resulta em uma dualidade urbana: de um lado, uma cidade formal que recebe maiores investimentos e, de outro, a cidade informal, onde populações de baixa renda, frequentemente pertencentes a comunidades tradicionais, enfrentam degradação ambiental e exclusão socioambiental.

No contexto do turismo de observação de baleias no ES, essa dualidade urbana é amplificada pela mercantilização da natureza. A infraestrutura originalmente destinada aos pescadores, como o Píer dos Pescadores em Vitória, é apropriada para o turismo, beneficiando uma elite econômica e alienando os pescadores que historicamente dependem desses espaços para sua subsistência e cultura (Marx, 2015). Segundo Harvey (2005) e Castree (2003), essa mercantilização transforma a natureza e as experiências com ela em produtos de consumo,

acessíveis apenas àqueles que detêm o capital, exacerbando as desigualdades socioeconômicas e a exclusão das comunidades locais.

Ademais, essa apropriação territorial envolve um processo de despossessão, no qual as comunidades tradicionais, como pescadores e caiçaras, são deslocadas ou tem seu acesso aos recursos naturais drasticamente reduzido (Musiello-Fernandes et al., 2018). Ao longo da costa de São Paulo, Rio de Janeiro e no Paraná, caiçaras e pescadores tradicionais enfrentam desafios semelhantes, onde a prática da pesca é gradativamente substituída pelo turismo, desestruturando o modo de vida tradicional e limitando o acesso a territórios historicamente ocupados. Este fenômeno está em consonância com o conceito de racismo ambiental, que descreve as injustiças socioambientais enfrentadas por grupos racializados ou economicamente marginalizados (Jesus, 2020). A marginalização dessas comunidades, ao privá-las de seus direitos territoriais, contribui para sua exposição a uma maior vulnerabilidade socioambiental, manifestando-se em riscos ampliados de degradação ecológica e exclusão econômica.

No âmbito do turismo de observação de baleias, essa problemática se torna particularmente evidente. A atividade frequentemente revela-se inacessível para as populações locais devido aos elevados custos envolvidos, resultando em uma elitização da experiência. Essa elitização do turismo evidencia uma realidade na qual o acesso a recursos naturais e a atividades recreativas é restrito a uma parcela privilegiada da sociedade, enquanto a maioria da população permanece excluída. Tal situação não só limita o acesso das comunidades aos benefícios econômicos associados a esses recursos, mas também as exclui das oportunidades de valorização e interação com o seu ambiente natural (Musiello-Fernandes et al., 2018).

Além disso, a falta de envolvimento da comunidade local nos processos de tomada de decisão sobre o uso do Píer dos Pescadores agrava ainda mais a exclusão. A inclusão das comunidades locais em projetos de desenvolvimento sustentável é de suma importância para garantir que seus interesses e necessidades sejam atendidos (Zappes et al. 2016). A participação comunitária não apenas promove a justiça social, mas também contribui para a conservação ambiental, pois as comunidades locais possuem um conhecimento profundo e prático dos ecossistemas em que vivem (Diegues, 2002; Zappes et al., 2016).

Nesse contexto, a abordagem da Justiça Azul, conforme discutida na Década da Ciência Oceânica, reforça a relevância da inclusão das populações costeiras em processos decisórios. A Justiça Azul busca corrigir desigualdades históricas, assegurando a distribuição justa dos benefícios da conservação marinha e garantindo a participação ativa das comunidades locais na gestão dos recursos (Platiau et al., 2021). Assim, a ausência de envolvimento dessas

comunidades, como observado no caso do Píer dos Pescadores, é uma violação dos princípios da Justiça Azul, pois perpetua exclusões e enfraquece a efetividade das políticas ambientais

Aliado à discussão da Justiça Azul está a inacessibilidade do turismo de observação de baleias não apenas no contexto financeiro, mas também ao público de pessoas com deficiência (PcD). A falta de infraestrutura adequada nos píeres e nas embarcações, bem como a ausência de equipes capacitadas para atender às necessidades específicas deste público dificultam o acesso e a participação de PcD neste turismo. No entanto, alguns interlocutores sugerem a possibilidade de experiências sensoriais adaptadas, que poderiam tornar a atividade mais inclusiva.

A implementação de tecnologias e a adaptação das experiências turísticas podem melhorar a inclusão de PcD no turismo de natureza. Um exemplo é o desenvolvimento de experiências sensoriais adaptadas para proporcionar uma alternativa inclusiva, permitindo que PcD's desfrutem da observação de baleias por meio de sons e outras sensações que não dependem da visão (Packer et al., 2007). Embora a adequação da embarcação para PcD não seja uma exigência obrigatória no processo de homologação, sua implementação pode ser relevante para incrementar a acessibilidade na atividade. Essa situação reflete um problema maior de políticas públicas que tendem a ser excludentes e falham em integrar de forma efetiva as necessidades de PcD na sociedade (Neri et al., 2003).

A ausência de requisitos obrigatórios de acessibilidade na homologação de embarcações exemplifica a falha das políticas públicas em promover a inclusão de PcD, em especial no que tange o turismo de natureza (Darcy & Buhalis, 2011;). Este cenário constrói um ambiente onde a acessibilidade é vista como um complemento opcional, em vez de uma necessidade básica, o que corrobora com a manutenção de estruturas sociais que impedem a plena participação de PcD na sociedade (Darcy & Buhalis, 2011). A falta de uma obrigatoriedade significa que provedores de serviços podem optar por não investir em acessibilidade, usando como justificativa os custos e a pouca demanda. Essa exclusão é particularmente problemática em setores como o turismo, onde a participação plena depende de uma infraestrutura adequada e de práticas inclusivas (Darcy & Buhalis, 2011). Quando a acessibilidade é tratada como uma sugestão, e não como uma exigência, o resultado é uma perpetuação das desigualdades e a exclusão sistemática de PcD em atividades sociais e recreativas.

Superar as barreiras identificadas neste estudo exige uma abordagem integrada e colaborativa na promoção da acessibilidade. É essencial que a gestão pública atue na formulação e implementação de leis que garantam a acessibilidade PcD'S nas atividades de turismo de observação de baleias. Neste caso, isso inclui a criação de marcos legais que tornem

obrigatória a adaptação de infraestruturas, como a instalação de rampas de acesso e a modificação de embarcações para comportar adequadamente esse público. A iniciativa privada, por sua vez, deve cumprir rigorosamente as exigências dessa legislação, assegurando a promoção da acessibilidade nos serviços oferecidos, além de capacitar suas equipes para atender adequadamente às demandas desse público. A efetiva integração da acessibilidade nas políticas públicas e práticas empresariais não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma oportunidade de expansão do mercado turístico e de inclusão econômica e social (Sancho & De Azevedo Irving, 2010). Desse modo, a cogestão entre diferentes setores não apenas facilita a implementação de soluções acessíveis, mas também garante a sustentabilidade dessas práticas a longo prazo (Prandini & Ganugi, 2024).

Analisando as possibilidades de interferências sociais associadas ao turismo de observação, o contato com as baleias por intermédio da atividade turística foi percebido como tendo potencial transformador, que pode ser explicado através do conceito de "experiência de natureza" e estimular comportamento pró-ambientais (Louv, 2005). Desta forma, o ecoturismo pode gerar não apenas mudanças comportamentais como também benefícios econômicos para comunidades locais, a partir do desenvolvimento sustentável (Balmford et al., 2002). A percepção positiva dos interlocutores sobre a sustentabilidade da atividade reflete a eficácia do turismo de observação de baleias como uma estratégia de conservação que alia benefícios econômicos com a proteção ambiental. Ainda, programas de educação ambiental e campanhas de sensibilização são fundamentais para aumentar o conhecimento público sobre questões ambientais e fomentar atitudes e comportamentos favoráveis à conservação (Andersen & Miller, 2006).

Por outro lado, uma parcela dos interlocutores expressou a necessidade de implementação de medidas adequadas para regulamentação e gestão do turismo de observação de baleias. Embora seja uma atividade tida como pouco impactante do ponto de vista ecológico, deve ser cuidadosamente considerada e planejada pelas empresas e organizações, a fim de evitar impactos sobre *M. novaeanglie* (Chiarello et al., 2008). No estado do ES, não há uma regulamentação para a prática desse turismo, o que ocorre é uma sugestão pelo Comitê Científico e o Grupo de Trabalho Permanente sobre Observação de Baleias da IWC. De acordo com as percepções dos interlocutores, determinadas práticas locais, como a capacitação dos operadores, tripulação e visitantes, e distâncias mínimas de aproximação das embarcações às baleias (100 metros para adultos e 200 metros para filhotes), estão em conformidade os princípios gerais do IWC (General Principles for Whale Watching, 2022). Contudo, outros aspectos, como o número de embarcações permitidas e as exigências de documentação, podem

divergir dos protocolos internacionais. Nesse sentido, ausência de uma regulamentação apropriada pode acarretar impactos adversos tanto para a população de baleias-jubarte, como a perturbação de seu habitat, quanto para os operadores turísticos, com efeitos como a poluição e a sobrecarga das infraestruturas locais (Parsons & Brown, 2017).

Para a regulamentação do turismo de observação de baleias no ES, propõe-se o estabelecimento de um marco regulatório que assegure tanto a sustentabilidade ecológica quanto a segurança da atividade. Esse marco deve incluir diretrizes claras quanto ao número de embarcações permitidas, distâncias mínimas de aproximação e a capacitação continuada dos operadores. No estado de Santa Catarina, região sul do país, este turismo foi suspenso por sete anos devido à ausência de estudos sobre os impactos ambientais e falhas no monitoramento (Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2013). Este exemplo destaca a importância de um sistema regulatório robusto e de um monitoramento eficaz no ES. A ação demonstrou os riscos dessa atividade tanto para as baleias-franca-austral (*Eubalaena australis*) quanto para os turistas, apontando para a necessidade de regulamentações mais rigorosas e mecanismos de controle eficientes.

Dada a recente implementação da atividade no ES, e o fato do turismo local não ser caracterizado como "de massa", há uma oportunidade para regular o número de embarcações e estabelecer um controle eficaz desde o início. Assim, é recomendada uma abordagem preventiva, com a adoção de um sistema de monitoramento contínuo, exigência de estudos de impacto ambiental e avaliações periódicas para prevenir danos à população de baleia-jubarte do Atlântico Sul e ao ecossistema marinho. Normas como as previstas pela Portaria IBAMA 117/96, que define distâncias mínimas e o desligamento de motores quando as baleias estiverem próximas, devem ser aplicadas. Para o ES, também é importante a capacitação constante de operadores da atividade; uma fiscalização rigorosa; além da criação de um comitê de gestão participativa, com a inclusão de órgãos ambientais, operadores turísticos, pesquisadores e comunidades locais.

Em relação às formas de uso, há uma percepção positiva dos interlocutores que consideram a frequência de avistagens de baleias o sucesso da atividade. Este aspecto é determinante para a satisfação dos visitantes, a presença constante de baleias não apenas aprimora a experiência, mas também reforça a percepção de que a atividade cumpre seu principal objetivo. A satisfação de participantes de uma atividade de turismo na natureza é importante tanto para a sustentabilidade do ecoturismo, quanto para a educação e sensibilização ambiental (Orams, 1995; Hoyt, 2001). Semelhantemente, a segurança é outro aspecto onde há consenso entre os interlocutores. A ausência de relatos de acidentes ou conflitos corrobora com

as informações fornecidas pelo órgão de autoridade marítima, sugerindo um cumprimento eficaz dos protocolos de segurança (Portaria IBAMA 117/96).

A percepção sobre a qualidade das embarcações utilizadas difere, pois os organizadores indicam que as normas são seguidas, já para os interlocutores que realizaram a atividade, a qualidade das embarcações e dispositivos de segurança não são adequados. Este ponto de discordância sugere a necessidade de uma avaliação contínua e atualização das frotas para atender melhor as expectativas dos turistas e garantir a segurança. Embarcações adequadas e seguras estão relacionadas ao sucesso da observação de cetáceos, uma vez que a percepção e sentimento de segurança são importantes para a manutenção sustentável da atividade (Carlson et al, 2014).

Outro aspecto relevante é a capacitação da equipe a bordo. Essa capacitação contínua dos envolvidos é fundamental para a qualidade da experiência turística e para a conservação marinha e deve ser um processo contínuo (Walker & Weiler, 2020; IFAW, 1997). A presença de pesquisadores a bordo é uma prática recomendada que pode aumentar a qualidade das informações fornecidas aos turistas e visitantes e consequentemente promover a mentalidade marítima (Weiler & Walker, 2014). Nesse sentido, a colaboração com instituições de ensino e pesquisa e Organizações Não-governamentais (ONGs) pode fornecer recursos adicionais e expertise para esses programas de treinamento.

A diversidade do público-alvo, composta por moradores locais, visitantes e turistas de outros estados, e a utilização de múltiplos canais de divulgação (mídias digitais, televisivas e rádio) são estratégias eficazes para atrair uma audiência ampla e engajada. A ampliação do apelo do ecoturismo para diferentes grupos é uma ação de suma importância para o sucesso de atividades de ecoturismo (Wilson & Tisdell, 2003). Ao considerar os interesses de diferentes grupos sociais, culturais e econômicos é possível garantir uma maior sustentabilidade econômica e social das atividades (Buckley, 2010). Todavia, é essencial envolver a comunidade nas atividades de observação de baleias, especialmente para aumentar a participação e o apoio local. O envolvimento comunitário é crucial para o sucesso a longo prazo de iniciativas de ecoturismo, promovendo um senso de propriedade e responsabilidade entre os residentes locais (Buckley, 2010).

Por fim, a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação contínuos é fundamental para garantir o ordenamento do turismo de observação de baleias. Isso pode incluir a coleta regular de informações sobre percepção de participantes e organizadores, bem como a realização de auditorias periódicas de segurança e qualidade das embarcações. Estudos de caso em outras regiões demonstram que a avaliação contínua e a adaptação baseada em dados são

práticas eficazes para manter altos padrões de qualidade e segurança em atividades de ecoturismo (Carlson, 2012).

### **Considerações Finais**

O turismo de observação de baleias tem um potencial significativo para gerar benefícios ambientais e econômicos. Contudo, enfrenta desafios relacionados à gestão, infraestrutura e divulgação. Esse cenário reforça a necessidade de abordagens coordenadas e investimentos estratégicos para maximizar os benefícios e garantir a sustentabilidade da atividade. Para superar essas barreiras e promover um modelo de turismo sustentável e inclusivo, é importante a adoção de uma abordagem de cogestão que integre ações da gestão pública, iniciativa privada e o terceiro setor. Políticas públicas eficazes e práticas empresariais responsáveis são essenciais para garantir o amplo acesso aos benefícios do turismo de observação de baleias, contribuindo com a conservação marinha e no desenvolvimento socioeconômico da região.

Além disso, a atividade possui um potencial transformador que promove reflexões ambientais e comportamentais. No entanto, é necessária regulamentação adequada para mitigar impactos negativos e garantir práticas sustentáveis. A ausência de ordenamento, normativas específicas e fiscalização pode, a longo prazo, resultar em uma sobrecarga da atividade e provocar perturbações nos ecossistemas marinhos e na comunidade local. Portanto, a criação de um marco regulatório é fundamental para assegurar que o turismo de observação de baleias contribua positivamente e de maneira sustentável para a região. O envolvimento da comunidade local, a adoção de práticas de monitoramento e avaliação contínuas são ações cruciais para a sustentabilidade da atividade a longo prazo que pode destacar a região como um destino de ecoturismo, beneficiando tanto a conservação marinha quanto a economia local.

### **Agradecimentos**

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES (Nº FAPES: 166/2023 – EDITAL Nº 11/2021) (Programa DI 026/2023 - SECTI/FAPES: Sistema Produtivo da Economia do Mar do Estado do Espírito Santo - SPEM/ES) (Nº FAPES: 1082/2023 - P:2023 -J47S7/ Nº SIAFEM: 2023-J47S7); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ/PQ (Processo: 304179/2022-1); FAPES 'DI 004/2024 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Espírito Santo (ZEEC-ES)'.

## Referências

- ABREU, J. S. et al. Pesca artesanal no município de Guarapari, estado do Espírito Santo: Uma abordagem sobre a percepção de pescadores que atuam na pesca de pequena escala. *Sociedade & Natureza*, v. 32, p. 56-71, 2022.
- ANDERSEN, S.; MILLER, M. L. Onboard marine environmental education: Whale watching in the San Juan Islands, Washington. *Tourism in Marine Environments*, v. 2, n. 2, p. 111-118, 2006.
- ANDRIOLO, A. et al. Humpback whales within the Brazilian breeding ground: distribution and population size estimate. *Endangered Species Research*, v. 11, n. 3, p. 233-243, 2010.
- BALMFORD, A.; et al. Economic reasons for conserving wild nature. *science*, v. 297, n. 5583, p. 950-953, 2002.
- BIAZON, T. Mentalidade marítima. *INFOCIRM*, v. 29, n. 2, p. 4-8, 2017.
- BORTOLOTTI, G. A. et al. Whale, Whale, Everywhere: Increasing Abundance of Western South Atlantic Humpback Whales (*Megaptera novaeangliae*) in Their Wintering Grounds. *PLoS ONE* v. 11, n.10, p. e0164596, 2016..
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.*
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 nov. 2011. Disponível em: >[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)<.*
- BRASIL. Lei Nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 1987. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17643.htm#:~:text=Art.,cet%C3%A1ceo%20nas%20%C3%A1guas%20jurisdicionais%20brasileiras.>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17643.htm#:~:text=Art.,cet%C3%A1ceo%20nas%20%C3%A1guas%20jurisdicionais%20brasileiras.>).*
- BRASIL. Portaria nº 117, de dezembro de 1996
- BUCKLEY, R. Conservation tourism. CABI, 2010.
- CARLSON, C.; et al. The International Whaling Commission (IWC) and whale-watching. *Whale-watching: Sustainable Tourism and Ecological Management*, p. 71, 2014.
- CASTREE, Noel. Commodifying what nature?. *Progress in human geography*, v. 27, n. 3, p. 273-297, 2003.
- CHIARELLO, A. G.; et al. Mamíferos ameaçados de extinção no Brasil. *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*, v. 2, p. 680-880, 2008.

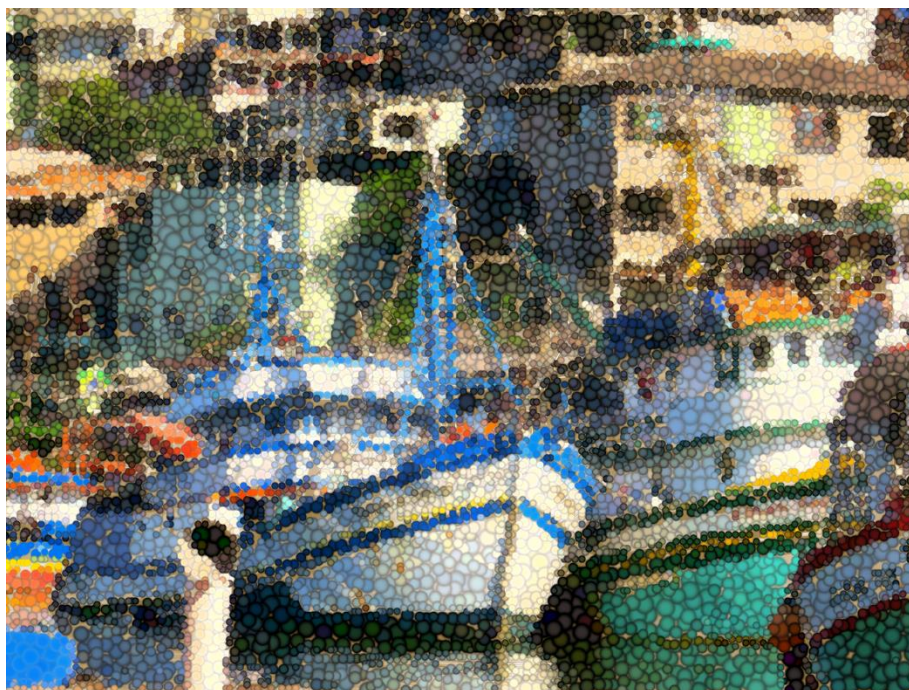
- CLAPHAM, J.; MEAD, G. *Megaptera novaeangliae*. *Mammalian Species*, n. 604, p. 1-9, 1999.
- COSTA-FREDO, G.; FERREIRA, W. Onde a educação ambiental e a oceanografia se (des) encontram?. *Ambiente & Educação*, v. 24, n. 2, p. 139- 161, 2019.
- CURTIN, R.; PRELLEZO, R. Understanding marine ecosystem based management: A literature review. *Marine Policy*, v. 34, p. 821-830, 2010.
- DARCY, S. Inherent complexity: Disability, accessible tourism and accommodation information preferences. *Tourism Management*, v. 31, n. 6, p. 816-826, 2010.
- DARCY, S.; BUHALIS, D. Conceptualising disability. *Accessible tourism: Concepts and issues*, v. 45, 2011.
- DE LA CRUZ-MODINO, R.; COSENTINO, M. Conservation Hub: The added value of the whale-watching industry. *Sustainability*, v. 14, 2022.
- DIEGUES, A. C. S. Traditional fisheries knowledge and social appropriation of marine resources in Brazil. *Maritime Anthropology in Brazil*, p. 80-95, 2002.
- ESCOBAR, A. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton University Press, 2011.
- FERNANDES, J. M.; ZAPPES, C. A. Oceanografia socioambiental da pesca artesanal no estado do Espírito Santo: uma análise bibliométrica. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v. 11, n. 6, p. 545-558, 2020.
- FINKLER, W.; HIGHAM, J. E.. Stakeholder perspectives on sustainable whale watching: A science communication approach. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 28, n. 4, p. 535-549, 2020.
- FINKLER, Wiebke et al. Bridging the void: science communication videos for sustainable whale watching. *International Journal of Science Education, Part B*, v. 9, n. 4, p. 312-326, 2019.
- GARROD, B.; FENNELL, D. A. An analysis of whalewatching codes of conduct. *Annals of tourism research*, v. 31, n. 2, p. 334-352, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *La description dense. Vers une théorie interprétative de la culture*. *Enquête*. *Archives de la revue Enquête*, n. 6, p. 73-105, 1998.
- Grostein, M. D. "Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos" insustentáveis". *São Paulo em perspectiva* 15 (2001): 13-19.
- HARVEY, D.. *Contested cities: social process and spatial form*. In: *Transforming cities*. Routledge, 2005. p. 19-27.
- HIGHAM, J. E.; et al. Managing whale-watching as a non-lethal consumptive activity. *Journal of sustainable tourism*, v. 24, n. 1, p. 73-90, 2016.

- HIGHAM, J.; et al. Tourism, cetaceans and sustainable development. Whale-watching: Sustainable tourism and ecological management, p. 1-15, 2014.
- HOYT, E. Sustainable ecotourism on Atlantic islands, with special reference to whale watching, marine protected areas and sanctuaries for cetaceans. *Biol. Environ*, v. 105, p. 141–154, 2005.
- HOYT, E. Whale watching: Worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits. Yarmouth Port, MA, USA: International Fund for Animal Welfare. 2001.
- HOYT, E.; IÑÍGUEZ, . The state of whale watching in Latin America. Wdcs, Chippenham, Uk, 2008.
- HOYT, E; HVENEGAARD, G. T. A review of whale-watching and whaling with applications for the Caribbean. *Coastal Management*, v. 30, n. 4, p. 381-399, 2002.
- IFAW, WWF. WDCS. 1997. In: Report of the International Workshop on the educational Values of Whale Watching.
- INTERNATIONAL WHALING COMISSION. General Principles for Whale Watching, 2022
- JESUS, V. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*, v. 29, p. e180519, 2020.
- LAMERS, M.; et al. Political consumerism for sustainable tourism. *The Oxford handbook of political consumerism*, p. 349, 2019.
- LIST, IUCN Red. IUCN red list. 2011.
- LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. G. O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 13, p. 39-52, 2009.
- MARTINS, P. C. and Silva, C. A. da. Turismo de Natureza ou na Natureza ou Ecoturismo? Reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. *Revista Turismo Em Análise*, v. 29, n. 3, p. 487-505, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v29i3p487-505>
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo Editorial, 2015.
- MASON, M. Samplesize and Saturation in PhD studies using qualitative interviews. *Forum: Qualitative Social Research*. v. 11, n. 3, 2010.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.

- MORAIS, I. O. B.; et al. From the Southern right whale hunting decline to the humpback whaling expansion: a review of whale catch records in the tropical west South Atlantic Ocean. *Mammal Review*, v. 47, n. 1, p. 11-23, 2017.
- MUSIELLO-FERNANDES, J.; et al.. Small-scale fisheries of the Atlantic seabob shrimp (*Xiphopenaeus kroyeri*): Continuity of commercialization and maintenance of the local culture through making public policies on the Brazilian coast. *Ocean & Coastal Management*, v. 155, p. 76-82, 2018.
- NARCHI, N. E.; et al. El Colaboratorio de oceanografía social: espacio plural para la conservación integral de los mares y las sociedades costeras. *Ambiente & Sociedade*, v. 18, p. 285 - 301, 2019
- NERI, M.; et al. Retratos da deficiência no Brasil. Fundação Banco do Brasil, 2003.
- NEWSOME, D.; et al. Natural area tourism: Ecology, impacts and management. In: *Natural Area Tourism*. Channel view publications, 2012.
- O'CONNOR, S. et al. Whale Watching Worldwide: tourism numbers, expenditures and expanding economic benefits, a special report from the International Fund for Animal Welfare. Yarmouth MA, USA, prepared by Economists at Large, v. 228, 2009.
- OLIVEIRA-JÚNIOR, A. P.; et al. Fronteiras, economia do mar e mudanças climáticas no Espírito Santo: primeiras aproximações e principais desafios. In: PÊGO, B. (org); et al. *Fronteiras do Brasil: o litoral em sua dimensão fronteiriça*. 2023. Disponível em: > <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12726> <.
- ORAMS, M. B. Towards a more desirable form of ecotourism. *Tourism management*, v. 16, n. 1, p. 3-8, 1995.
- PACKER, T. L.; et al. Understanding the complex interplay between tourism, disability and environmental contexts. *Disability and rehabilitation*, v. 29, n. 4, p. 281-292, 2007.
- PARSONS, E. C. M.; BROWN, D. M. Recent advances in whale-watching research: 2016–2017. *Tourism in Marine Environments*, v. 13, n. 1, p. 41-51, 2018.
- PLATIAU, A. F. B.; et al. A década da ciência oceânica como oportunidade de justiça azul no sul global. *Conjuntura Austral*, v. 12, n. 59, p. 11-20, 2021.
- PRANDINI, R.; GANUGI, G. Co-governance and co-management as preliminary conditions for social justice in co-creation. *Co-creation in Public Services for Innovation and Social Justice: Concrete Elasticity!*, p. 111, 2024.
- RYAN, G.; BERNARD, H. R. Data management and analysis methods. *Handbook of qualitative research*. . In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). *Handbook of Qualitative Research*. Londres: Sage, v. 2, n. 1, p. 769-802, 2000.

- SANCHO, A.; DE AZEVEDO IRVING, M.. Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 10, n. 3, p. 103-120, 2010.
- SANTOS, T. Economia do mar. In: ALMEIDA, F. E. A.; MOREIRA, W. S. *Estudos marítimos: visões e abordagens*. São Paulo: Humanitas, 2019. p. 355-387.
- SCHENSUL, S. L.; SCHENSUL, J. J.; LECOMPTE, M. D. *Essential Ethnographic Methods: Observations Interviews and Questionnaires*, 2 ed. Walnut Creek: Altamira Press, 1999.
- SCHWOERER, T.; KNOWLER, D.; GARCIA-MARTINEZ, S. The value of whale watching to local communities in Baja, Mexico: A case study using applied economic rent theory. *Ecological Economics*, v. 127, p. 90-99, 2016.
- SILVA-JR, J.M. Turismo de Observação de Mamíferos Aquáticos: benefícios, impactos e estratégias. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 10, n.2, p. 433-465, 2017.
- TEIS, M. A.; TEIS, D. T. A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. v. 1, p. 1 – 8, 2006.
- WALKER, K.; WEILER, B.. A new model for guide training and transformative outcomes: a case study in sustainable marine-wildlife ecotourism. In: *Effecting Positive Change through Ecotourism*. Routledge, 2020. p. 69-90.
- WILSON, C.; TISDELL, C. Conservation and economic benefits of wildlife-based marine tourism: sea turtles and whales as case studies. *Human Dimensions of Wildlife*, v. 8, n. 1, p. 49-58, 2003.
- ZAPPES, C. A. et al. Decade of Ocean Science and its relationship with Socialenvironmental Oceanography *Década da Ciência Oceânica e sua relação com a Oceanografia Socioambiental*. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, p. 66513-66534, 2021.
- ZAPPES, C. A.; et al. Percepção de pescadores do norte fluminense sobre a viabilidade da pesca artesanal com a implantação de megaempreendimento portuário. *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 42, n. 1, p. 73-88, 2016.
- ZEPPEL, H.; MULOIN, S. Conservation and education benefits of interpretation on marine wildlife tours. *Tourism in marine environments*, v. 5, n. 2-3, p. 215-227, 2008.
- ZEPPEL, H.; MULOIN, S.. Conservation and education benefits of interpretation on marine wildlife tours. *Tourism in marine environments*, v. 5, n. 2-3, p. 215-227, 2008.
- ZERBINI, A. N. et al. A Bayesian assessment of the conservation status of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in the western South Atlantic Ocean. *J. Cetacean Res. Manage.*, p. 131-144, 2011.

ZERBINI, A. N. et al. Migration and summer destinations of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in the western South Atlantic Ocean. *J. Cetacean Res. Manage.*, p. 113-118, 2020.



## CAPÍTULO 02

---

Interferências e aspectos conservacionistas do turismo de observação de baleias  
no sudeste do Brasil

## **Interferências e conservação do turismo de observação de baleias: Uma perspectiva da Oceanografia Socioambiental no sudeste do Brasil**

### **Resumo**

O turismo de observação de baleias está em crescimento no sudeste do Brasil em decorrência do aumento na ocorrência de *Megaptera novaengliae*. Esta é uma atividade que demonstra potencial tanto para a promoção da conservação marinha quanto para a geração de impactos adversos nos ecossistemas costeiros. Este estudo tem como objetivo analisar, a partir das percepções de *stakeholders*, as interferências socioambientais do turismo de observação de baleias na região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES), sudeste do Brasil. No período de junho de 2023 a fevereiro de 2024, foram conduzidas entrevistas por meio de questionários e registros em diário de campo. A análise dos dados envolveu a aplicação de estatísticas descritivas, Análise de Discurso e Triangulação, com o objetivo de integrar e confrontar as informações coletadas. Um total de 36 *stakeholders* foram entrevistados, sendo 21 representando a gestão pública, 8 da iniciativa privada e 7 do terceiro setor. A maioria dos entrevistados reconhece a contribuição do turismo de observação de baleias para a conservação marinha (n=28), o fortalecimento da economia local (n=27) e a promoção de uma mentalidade ambiental (n=31), embora existam divergências quanto à sua relevância e aos seus impactos. Além disso, desafios estruturais e institucionais foram destacados como fatores que dificultam o desenvolvimento da atividade na região, e há uma lacuna no conhecimento sobre suas normativas e fiscalização (n=20). A ausência de normativas e a fragmentação institucional comprometem a eficácia das políticas de conservação e a supervisão da atividade, o que evidencia a necessidade de articulação entre instituições e disseminação de normas. Para maximizar o potencial do turismo de observação de baleias é imprescindível a implementação de estratégias integradas que promovam a acessibilidade, a participação das comunidades locais e minimizem os impactos ambientais.

Palavras-chave: Economia do Mar, Ecoturismo, *Megaptera novaeangliae*, Oceanografia Socioambiental, whale watching.

### **Introdução**

O turismo em ambientes marinhos tem experimentado um crescimento significativo nas últimas décadas, com destaque para a prática de observação de baleias (De la Cruz-Modino & Costentino, 2022; Hoyt, 2005; Silva-Jr, 2017). (De la Cruz-Modino & Costentino, 2022; Hoyt, 2005; Silva-Jr, 2017). Essa atividade é caracterizada por excursões marítimas, aéreas ou

terrestres, realizadas de maneira formal ou informal, com objetivos comerciais, que visam a observação, interação e/ou audição de qualquer espécie de grande cetáceo (Hoyt, 2001). Com o aumento de sua popularidade, o turismo de observação de baleias vem se consolidado como uma ferramenta relevante para a sensibilização ambiental e para o avanço de pesquisas etológicas (Simões et al., 2005; Wearing et al., 2014; Schwoerer et al., 2016; De la Cruz-Modino & Costentino, 2022).

O entendimento de que cetáceos podem ser considerados um importante recurso econômico do turismo pode auxiliar na conservação destes animais (Parsons, 2012). Isto porque, à medida que esta associação é estabelecida, acontecimentos como perdas por capturas intencionais (e.g. caça ou abate) ou capturas acidentais (e.g. animais presos acidentalmente em artefatos de pesca) podem ser entendidas não apenas como perdas da biodiversidade, mas também como a remoção de um recurso turístico e fonte de renda (Parsons, 2012). Além disso, a prática do turismo de observação de baleias pode fornecer outros benefícios ainda não mensuráveis, como sendo uma importante ferramenta da conservação de ambientes costeiros e marinhos (Lück, 2003; Mayes et al., 2004).

Embora o ecoturismo e a observação de baleias possam gerar benefícios econômicos e sensibilização ambiental, essa prática possui o potencial de perturbar significativamente a dinâmica dos ecossistemas visitados, gerando efeitos diretos e indiretos (Parsons, 2012; Lusseau & Bejder, 2007). As perturbações incluem alterações comportamentais de cetáceos em resposta ao tráfego de embarcações, levando a mudanças em padrões de descanso e alimentação (Macedo et al., 2020; Kassamali-Fox et al., 2020). Esse estresse constante pode reduzir as taxas reprodutivas, com impacto negativo no tamanho populacional (Bejder et al., 2006). Ademais, a presença constante de embarcações também aumenta o risco de colisões (Laist et al., 2001), além de ser uma fonte de poluição sonora, podendo interferir na comunicação e orientação dos cetáceos o que afeta a etologia (Erbe et al., 2019; Simmonds et al., 2014). A contaminação por poluentes, como combustíveis e resíduos plásticos descartados, adiciona ainda um risco tóxico ao ambiente marinho, podendo se acumular no organismo dos cetáceos e gerar impactos à saúde de longo prazo (Baulch & Perry, 2014; Fossi et al., 2014). Esses fatores, cumulativamente, revelam as complexas consequências ambientais associadas ao turismo de observação de baleias.

Ainda existem lacunas para o entendimento dos efeitos desse turismo, a curto e longo prazo, no comportamento de cetáceos. Entretanto, ações de planejamento podem ser direcionadas para minimizar as interferências da atividade sobre populações de grandes baleias (Hoyt, 2008). Por exemplo, a proposta de capacidade de carga e distância mínima de

embarcações sobre indivíduos e grupos de baleias podem auxiliar na gestão e redução de impactos da atividade (Filla et al., 2012; Hunter & Green, 1995; Inskoop, 1991; McIntyre, 1993). Isso salienta a importância de uma regulamentação, fiscalização, além da capacitação dos operadores, passageiros e demais *stakeholders* envolvidos (Hoyt, 2008).

No Brasil, o turismo de observação de baleias cresceu em especial devido ao aumento das populações de baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e baleia-franca-do-sul (*Eubalaena australis*) cuja distribuição alcança a costa do país durante a primavera e o inverno (Zerbini et al., 2011). Atualmente, a prática ocorre principalmente nos estados de Santa Catarina (SC) para *E. australis* (Gomes et al., 2021; Hoyt & Iñiguez, 2008; Rossi-Santos, 2016), no sul do estado da Bahia (BA) e na região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES) para *M. novaeangliae* (Gomes et al., 2021; Hoyt & Iñiguez, 2008; Rossi-Santos, 2016).

Dentre os estados em que ocorre a prática do turismo de observação de baleias, o ES, situado na região sudeste do Brasil, tem se destacado pelo crescente desenvolvimento da atividade, em especial devido ao aumento da presença de *M. novaeangliae* durante as temporadas reprodutivas no Atlântico Sul (Bortolotto et al., 2016; Zerbini et al., 2011). Apesar desse crescimento, ainda não há estudos específicos que detalhem como essa prática se configura no estado. Diante disso, é fundamental compreender as percepções dos diversos *stakeholders*, tanto os diretamente quanto os indiretamente envolvidos, uma vez que o fortalecimento de parcerias entre gestão pública, setor privado, grupos sociais dependentes dos recursos marinhos e turistas pode ser decisivo para o desenvolvimento de ações de conservação. Tais parcerias são essenciais para garantir a proteção dos ambientes oceânicos (Zappes et al., 2021)

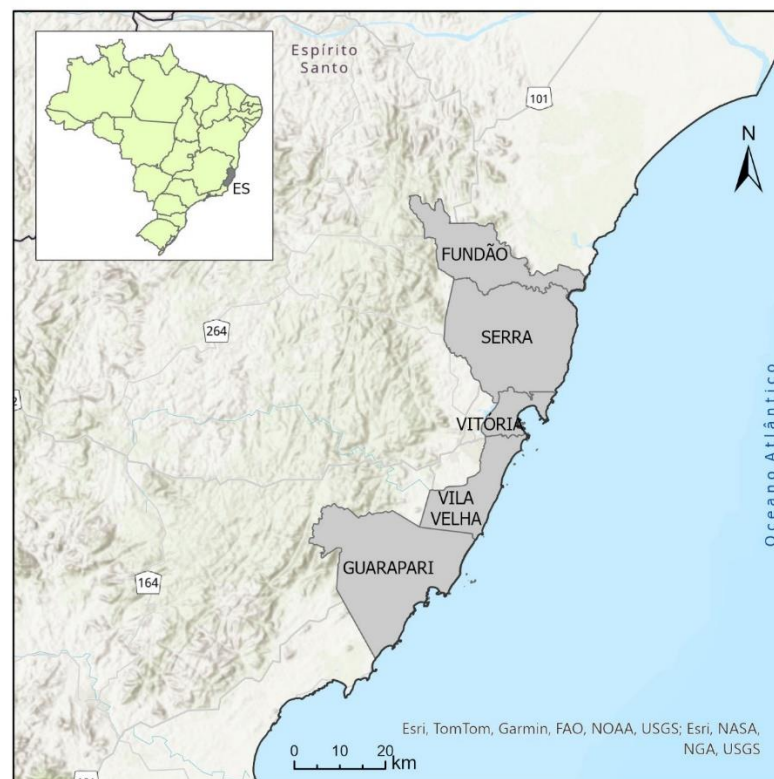
A compreensão da percepção de *stakeholders* é uma importante etapa na elaboração de estratégias de cogestão para a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros uma vez que permite discussões interdisciplinares e garante a participação dos diferentes atores envolvidos (Abreu et al., 2017; Zappes et al., 2021). Portanto, considerando as questões anteriormente apresentadas, o presente estudo tem como objetivo descrever a partir da percepção de *stakeholders* as interferências socioambientais do turismo de observação de baleias na região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES), sudeste do Brasil.

## **Materiais e Métodos**

As atividades de campo do presente estudo foram conduzidas nos municípios de Fundão (19°55'58"S; 40°24'25"O), Serra (20°07'44"S; 40°18'29"O), a capital Vitória (20°19'20"S;

40°20'17"O), Vila Velha (20°19'50"S; 40°17'32"O) e Guarapari (20°39'4"S; 40°30'24"O), sendo toda a área de estudo considerada 'região metropolitana' do estado do Espírito Santo (ES) defronte o mar, sudeste do Brasil (Figura 1). A região metropolitana está localizada em uma importante área reprodutiva para as populações de *M. novaeangliae*, cujos indivíduos migram anualmente para acasalar e terem os filhotes desde a costa do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte (e.g. Andriolo et al., 2010; Martins et al., 2013; Siciliano, 1995; Zerbini et al., 2020). Neste momento migratório as populações de *M. novaeangliae* do Atlântico Sul se tornam uma atração turística.

Figura 1. Região metropolitana do estado do Espírito Santo (ES) defronte o mar, localizado no sudeste do Brasil



A coleta de dados ocorreu entre junho de 2023 e fevereiro de 2024, e incluiu ferramentas etnográficas, como: (i) entrevistas individuais, estruturadas em dois questionários semiestruturados (Schensul et al., 1999) contendo questões abertas (A: n=27; B: n=39) e fechadas (A: n=23; B: n=23) (Tabela 1); e (ii) o uso de diário de campo (Minayo, 1992) para documentar observações adicionais realizadas durante os encontros (Geertz, 1998). Os *stakeholders* identificados foram classificados em três categorias: (1) gestores públicos das esferas nacional, estadual e municipal; (2) setor privado; e (3) terceiro setor. Para o tamanho amostral foi adotado o referencial de Mason (2010) de aproximadamente 30 entrevistas.

*Tabela 1. Tópicos das questões dos questionários semiestruturados.*

<b>Tópico</b>	<b>Questões</b>
6. Conhecimento Geral	Tempo de ocorrência da atividade no estado Período de ocorrência das baleias Agentes responsáveis pela atividade Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
7. Descrição da Atividade	Local de saída para avistagem das baleias Tempo de duração Avistamento e número de baleias avistadas Registro de conflitos e/ou acidentes Tipo de embarcação Número de embarcações homologadas Número de passageiros e tripulantes Orientações e dispositivos de segurança Custo da atividade para o turista Milhas percorridas Distância de aproximação Público Alvo Acessibilidade
8. Interferências associadas ao Turismo de Observação de Baleias	Impactos ambientais, culturais, econômicos e sociais Fatores que favoreçam e dificultam a implementação da atividade Aspectos conservacionistas
9. Normativas e Regulamentação	Documentação necessária Normativas Órgão fiscalizador

Para a análise dos dados qualitativos as respostas foram sistematizadas em categorias temáticas conforme o questionário aplicado (Ryan & Bernard, 2000). Este processo de categorização permitiu a identificação e o agrupamento das informações em tópicos específicos, facilitando a interpretação e a organização dos dados. A partir desse agrupamento, foram elaboradas as Tabelas 3, 4, 5, 6 e 8, as quais sintetizam as categorias emergentes, refletindo as percepções dos participantes sobre as questões abordadas. Além disso, foi aplicada a Análise de Discurso para aprofundar a compreensão da percepção dos interlocutores, assim como o método de Triangulação, que permitiu cruzar e verificar as informações obtidas por meio das diferentes metodologias (Teis & Teis, 2006). Após esta etapa foi aplicada estatística descritiva básica para sintetizar e apresentar os dados quantitativos.

### **Resultados**

Os entrevistados (n = 36) foram classificados nas categorias gestão pública (58%; n=21), setor privado (22%; n=8) e terceiro setor (20%; n=7). No âmbito da gestão pública, os entrevistados atuam nas esferas municipal (Fundão = 1; Serra = 2; Vitória = 4; Vila Velha = 4; Guarapari = 1), estadual (n=4) e instituições públicas diversas a nível federal (n=5). No setor privado (n=8), os entrevistados estão diretamente envolvidos com o turismo de observação de baleias (n=2) e em empresas ou microempreendimentos relacionados ao turismo (n=6). No terceiro setor (n=7), as entrevistas incluem representantes de organizações de conservação (n=5) e grupos da sociedade civil (n=2). Em relação ao período de avistagem das baleias no litoral do Espírito Santo (ES), os entrevistados descrevem principalmente os meses de maio a novembro, com maior concentração de ocorrências entre junho e outubro.

### ***Aspectos conservacionistas do turismo de observação de baleias***

Para 78% (n=28) dos interlocutores, o turismo de observação de baleias interfere positivamente na conservação da vida marinha: Gestão Pública (n=16); Iniciativa Privada (n=7); Terceiro Setor (n=5) (Tabela 2). Dentre os aspectos conservacionistas associadas à atividade forma mencionados principalmente “sensibilização ambiental”, “conhecimento sobre a fauna marinha” e “incentivo à conservação”. Contudo, para uma minoria (n=4) esse turismo não possui nenhuma interferência na conservação da vida marinha. Estes interlocutores mencionam a falta de estudos específicos ou afirmam que a atividade ainda não tem um impacto

significativo. É relevante notar, ainda, que uma parcela dos interlocutores (n=40) não respondeu ou não soube expressar uma opinião a respeito do tema.

*Tabela 2. Percepção das categorias de stakeholders sobre os aspectos conservacionistas do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.*

<b>Aspectos conservacionistas descritos</b>	Gestão	Iniciativa	Terceiro
	Pública	Privada	Setor
Incentivo a conservação	X	X	
Sensibilização ambiental	X	X	X
Espécie bandeira		X	
Preservação de cetáceos		X	
Educação ambiental	X		X
Conscientização		X	X

Ainda, houve percepções diversificadas sobre os impactos da atividade turística na vida marinha (Tabela 3). Os impactos positivos incluem principalmente a “sensibilização” e “conscientização ambiental”. No entanto, foram identificados impactos negativos potenciais, como distúrbios sonoros causados pelos motores das embarcações, perturbações físicas e *stress* para os animais que podem acarretar desde mudanças comportamentais a abandono de áreas.

*Tabela 3. Percepção das categorias de stakeholders sobre impactos ambientais do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.*

<b>Impactos Positivos</b>	Gestão	Iniciativa	Terceiro
	Pública	Privada	Setor
Mudança cultural	X		
Sensibilização ambiental	X	X	X
Educação ambiental	X		
Conscientização		X	X
<b>Impactos Negativos</b>			
Distúrbios sonoros	X	X	X
Perturbação da fauna	X	X	X
Degradação ambiental	X		
Dejetos		X	X

### ***Interferências do turismo de observação de baleias***

A maioria dos interlocutores (n= 27) considera que o turismo de observação de baleias exerce interferência positiva na economia local, especialmente quando devidamente estruturado e promovido: Gestão Pública (n=14); Iniciativa Privada (n=7); Terceiro Setor (n=3) (Tabela 4). Dentre as interferências destacadas são descritas 1) movimentação econômica fora da alta temporada nos setores de hotelaria, alimentação e transporte; 2) geração de trabalho e renda para comunidades tradicionais (por exemplo aluguel de embarcações de pescadores); e 3) atração de turistas de outras regiões, o que promove a visibilidade e o desenvolvimento local.

Por outro lado, alguns entrevistados (25%; n=9) avaliam que a interferência é insignificante ou inexistente: Gestão Pública (n=4); Iniciativa Privada (n=1); Terceiro Setor (n=4) (Tabela 4). As razões principais apontadas incluem 1) a falta de divulgação e estrutura adequada; 2) a atividade ainda é restrita; e 3) uma atividade pontual não interfere tanto no Produto Interno Bruto (PIB).

*Tabela 4. Percepção das categorias de stakeholders sobre a interferência econômica do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.*

<b>Interferência econômica</b>	Gestão Pública	Iniciativa Privada	Terceiro Setor
Contribuição para a cadeia produtiva (e.g. rede hoteleira, bares, restaurantes e transporte)	X	X	X
Geração de renda e emprego	X	X	X
Movimentação econômica em temporadas fora de época (inverno)	X		
Desenvolvimento do comércio local	X		
Agrega valor à comunidade	X		
Fluxo turístico			X
Qualificação da população	X		
<b>Sem interferência econômica</b>			
Impacto restrito	X	X	
Falta de promoção	X		X
Falta de divulgação			X
Carência de pontos de observação			X
Carência de embarcações homologadas			X

Atividade pontual		X
Estrutura inadequada	X	

Para 86% (n=31) dos interlocutores o turismo de observação de baleias exerce interferência significativa em âmbito social e cultural: Gestão Pública (n=18); Iniciativa Privada (n=7); Terceiro Setor (n=6) (Tabela 5). Esta interferência inclui a mudança das relações das pessoas com o ambiente, o aumento da mentalidade marítima sobre biodiversidade, a valorização de tradições e culturas locais, e a promoção de um sentimento de pertencimento e responsabilidade ambiental.

*Tabela 5. Percepção das categorias de stakeholders sobre as interferências socioculturais do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil.*

<b>Interferências socioculturais</b>	Gestão Pública	Iniciativa Privada	Terceiro Setor
Mudança cultural e de hábitos	X		X
Sensibilização ambiental	X	X	X
Integração comunitária	X		
Valorização cultural		X	X
Educação ambiental	X	X	X
Desafios de acessibilidade			X

No que tange às normativas responsáveis pelo ordenamento e fiscalização da atividade, as respostas revelam um conhecimento limitado por parte dos interlocutores. Pouco mais da metade dos entrevistados (55,6%; n=20) desconhecem a existência de normas específicas para o turismo de observação de baleias (Tabela 6). Dentre os que reconhecem (30,6%; n=11), citam órgãos envolvidos na regulamentação, como institutos de conservação e entidades governamentais, associando essas entidades à supervisão das embarcações e à proteção ambiental em geral. Algumas referências adicionais foram feitas a normativas específicas, como a Portaria 117 do IBAMA e o Guia de Boas Práticas para Interação com Cetáceos.

De acordo com o entrevistado representante do órgão de autoridade marítima não existem normativas específicas do ordenamento e fiscalização do turismo de observação de baleias por parte da Marinha Brasileira. Semelhantemente, metade dos interlocutores (50%; n=18) desconhecem a existência de órgãos responsáveis pela fiscalização da atividade (Tabela 6). As menções mais frequentes incluem órgãos ambientais, entidades governamentais e

institutos de conservação, sugerindo que esses órgãos são vistos como potenciais responsáveis que desempenham um papel no monitoramento da atividade.

*Tabela 6. Normativas e órgãos responsáveis pelo ordenamento/fiscalização do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme os stakeholders.*

<b>Normativa</b>	<b>Gestão Pública</b>	<b>Iniciativa Privada</b>	<b>Terceiro Setor</b>
Não Sabe	16 (76,2%)	2 (25%)	2 (28,6%)
Não Possui	2 (9,5%)	3 (37,5%)	0 (0%)
Possui	3 (14,3%)	3 (37,5%)	5 (71,4%)
<b>Órgão fiscalizador</b>			
Não Sabe	14 (66,7%)	2 (25%)	2 (28,6%)
Não Possui	0 (0%)	1 (12,5%)	0 (0%)
Possui	7 (33,3%)	5 (62,5%)	5 (71,4%)

As percepções sobre os fatores que interferem na implementação do turismo de observação de baleias no Espírito Santo revelam desafios interligados nas áreas estrutural, institucional e política (Tabela 7). Por outro lado, os fatores favoráveis destacam o potencial do estado como um destino promissor para o ecoturismo, com a proximidade da plataforma continental, a presença sazonal de baleias Jubarte, uma infraestrutura turística consolidada e sua localização estratégica no Sudeste (Tabela 7).

*Tabela 7. Desafios e vantagens no desenvolvimento do turismo de observação de baleias no Espírito Santo, sudeste do Brasil, conforme as categorias de stakeholders.*

<b>Desafios</b>	<b>Gestão Pública</b>	<b>Iniciativa Privada</b>	<b>Terceiro Setor</b>
Falta de infraestrutura	X	X	X
Falta de legislação	X		
Falta de apoio governamental	X	X	
Escassez de píer público		X	X
Necessidade de investimento		X	X
Falta de embarcações homologadas		X	
Condições climáticas		X	
Necessidade de divulgação			X

Percepção econômica e cultural do estado X

---

**Vantagens**

---

Condições naturais dos cetáceas	X	X	X
Vocação turística	X		
Localização estratégica	X	X	X
Características da plataforma continental	X	X	
Benefícios econômicos e culturais			X

---

**Discussão**

Baleias desempenham um papel importante na regulação de ecossistemas já que contribuem significativamente na ciclagem de nutrientes oceânicos entre diferentes camadas da água (Roman et al., 2010). Seus corpos, após a morte, também armazenam grandes quantidades de carbono, contribuindo diretamente para a mitigação das mudanças climáticas (Pershing et al., 2010). A atividade de observação de baleias, portanto, ao sensibilizar e educar o público sobre a ecologia desses animais, incentiva práticas que fortalecem a conservação e proteção dessas espécies, o que tem sido destacado como uma das justificativas para o aumento do apoio popular a essa prática (Higham & Lusseau, 2007; Orams, 2000).

A compreensão sobre os benefícios ecossistêmicos gerados pelas baleias ainda é incipiente bem como os desafios de pesquisa envolvendo estes animais. Estas são discussões levantadas pela Comissão Internacional da Baleia (IWC) a fim de integrar ações de conservação de cetáceos em políticas ambientais globais (IWC, 2023). Tais políticas devem envolver principalmente governos em todo o mundo a fim de garantir a participação públicas em processos de governança. Desta forma, a predominância de representantes da gestão pública encontrada neste estudo pode ser atribuída à sua estrutura administrativa e ao papel fundamental que desempenha na gestão do turismo. O setor público é responsável pela elaboração e execução de políticas públicas que asseguram a regulamentação ambiental e promovem o desenvolvimento econômico local. Além disso, a gestão pública está legalmente obrigada a garantir a transparência, conforme estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988 e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Essa obrigação resulta em uma interação mais frequente entre os representantes do setor público e a sociedade.

Nesse contexto, o turismo de observação de baleias é amplamente percebido como um mecanismo que contribui positivamente para a conservação da vida marinha, de modo que a

maioria dos interlocutores destacam essa interferência benéfica. Essas percepções podem ser explicadas por uma combinação de fatores que conectam a atividade turística ao engajamento em práticas conservacionistas (Finkler & Higham, 2020). Tanto a gestão pública quanto o terceiro setor compreendem que o turismo pode funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da fauna marinha, especialmente quando aliada a práticas educativas.

A gestão pública parece utilizar a educação ambiental como uma estratégia para promover políticas de sustentabilidade e cumprir metas de conservação alinhadas à governança ambiental proposta em agendas globais como a Década do Oceano (Zappes et. al, 2021; Prandini & Ganugi, 2024). Já o terceiro setor tende a focar na sensibilização crítica do público, a fim de fomentar uma mudança de comportamento mais duradoura em relação à proteção de ecossistemas marinhos, incluindo os cetáceos (Ballantyne et al., 2011; Reynolds & Braithwaite, 2001). Ambos os setores se beneficiam do turismo como uma plataforma para difundir valores ecológicos, mas enquanto a gestão pública vê a prática como parte de uma política de educação e governança ambiental, o terceiro setor atua mais diretamente na mobilização social e na promoção de uma sensibilização cidadã.

Por outro lado, a percepção da iniciativa privada pode indicar uma construção de pensamento em que o turismo é visto como um mercado voltado para a sustentabilidade, no qual os benefícios ecológicos se alinham aos interesses econômicos (Wearing et al., 2014). Aqui, a sensibilização ambiental é utilizada não apenas como ferramenta educativa, mas também como estratégia de mercado, vinculando o turismo à imagem de responsabilidade socioambiental (Brockington, 2011). A presença desse discurso pode estar associada à busca por aceitação social e valorização da marca no cenário de um capitalismo verde, a fim de alinhar o setor privado com as agendas de conservação ambiental (Wearing et al., 2014; Brand & Wissen, 2013).

Neste sentido, o turismo de observação de baleias promove a sensibilização de turistas em relação à conservação da fauna marinha e proteção dos oceanos (Ballantyne et al., 2011). Junto a este turismo está a educação ambiental como um dos principais benefícios desta atividade, já que permite ao público aprender sobre as baleias e os ecossistemas marinhos, o que gera maior apoio às iniciativas de conservação (Wearing et al., 2014; Ballantyne et al., 2011). Além disso, estudos indicam que a observação de baleias incentiva o desenvolvimento de pesquisas científicas (Finkler & Higham, 2020). Em alguns casos, turistas tem a oportunidade de colaborar indiretamente com pesquisadores, seja através da coleta de dados, o que promove a Ciência Cidadã, ou por meio de voluntariado e/ou financiamento de pesquisas

(Christiansen, & Lusseau, 2015). Isso torna esta atividade turística uma ferramenta para a produção e disseminação de conhecimento científico, além de fortalecer esforços de conservação junto ao público.

Entretanto, existem críticas ao turismo de observação de baleias relacionadas ao aumento de atividades antropogênicas e ao risco de perturbação dos habitats destes animais. Esta percepção evidencia a necessidade de monitoramentos a fim de mensurar as interferências a médio e longo prazo da atividade, especialmente em regiões onde o turismo de massa pode gerar pressões ecológicas consideráveis (Wearing et al., 2014). Estudos indicam que o turismo de observação de baleias mal regulamentado pode alterar o comportamento dos cetáceos e resultar em impactos negativos como o estresse e a modificação dos padrões de migração (New et al., 2015).

De modo geral, as respostas dos interlocutores revelam um conjunto de percepções que destacam tanto benefícios quanto riscos associados à prática. De um lado, os interlocutores identificam aspectos positivos, como a sensibilização ambiental, elementos frequentemente associados ao ecoturismo marinho. No entanto, a atividade também é vista como uma possível fonte de impactos negativos, especialmente no que diz respeito ao distúrbio sonoro e à perturbação física dos cetáceos, o que levanta preocupações quanto à viabilidade sustentável da prática.

O destaque dado à ‘sensibilização’ e ‘conscientização ambiental’ como impactos positivos do turismo de observação de baleias está em consonância com as discussões de que o ecoturismo promove engajamento público sobre conservação marinha. De acordo com Higham e Bejder (2018), a observação de baleias, quando realizada de forma responsável, contribui para o conhecimento público sobre a ecologia das espécies e para o fortalecimento de atitudes conservacionistas entre os turistas. O contato direto com esses animais em seus habitats naturais pode gerar uma conexão emocional que favorece a transformação de atitudes e comportamentos pró-conservação (Ballantyne et al., 2011).

Apesar dos aspectos positivos, os interlocutores também evidenciam impactos negativos potenciais, particularmente em relação ao distúrbio sonoro causado pelos motores das embarcações e à perturbação física dos cetáceos. O ruído subaquático gerado pelas embarcações pode alterar padrões comportamentais, provocar respostas de evasão e fuga, mudanças nos padrões de vocalização, o que interfere na comunicação entre os animais e, em alguns casos, no sucesso reprodutivo (Erbe et al., 2019).

Além do ruído, a presença constante de barcos próximos aos cetáceos pode gerar estresse nos animais, como observado por Bejder et al. (2006), que estudaram os efeitos do

turismo de observação de golfinhos e encontraram evidências de fuga de áreas habitualmente frequentadas por esses mamíferos. O estresse causado pela presença de embarcações pode levar a mudanças comportamentais de longo prazo, incluindo a redução de atividades, como a alimentação e o descanso (Pirota et al., 2018). Para cetáceos, isso pode representar uma ameaça significativa, especialmente em áreas utilizadas para alimentação, reprodução ou migração (Christiansen & Lusseau, 2015).

Em relação às interferências econômicas associadas a atividade turística, a maioria dos interlocutores identifica como sendo um impacto positivo na economia local. Neste estudo, a iniciativa privada se destaca como o setor que mais reconhece o potencial econômico do turismo de observação de baleias como uma atividade que movimentação a cadeia mesmo fora da alta temporada. De fato, esta atividade pode ser considerada em ações estratégicas para gerar fluxos econômicos em períodos tradicionalmente de baixa visitação (Hoyt, 2012). Isso estimularia alguns setores como por exemplo, hotelaria, alimentação e transporte. Esse fenômeno é especialmente notável em destinos costeiros, onde o turismo sazonal tende a ser concentrado em épocas específicas (O'Connor et al., 2009), e atividades alternativas, como a observação de cetáceos, podem funcionar como catalisadores para manter a demanda turística ao longo do ano (Higham & Lusseau, 2008).

Outro fator destacado pelos interlocutores é a geração de emprego e renda para as comunidades adjacentes, como o aluguel de embarcações de pescadores e o turismo de experiência em hospedagem e alimentação (Platiau et al., 2021). A inclusão dessas comunidades nas atividades turísticas reforça o papel do turismo de base comunitária que visa integrar populações locais nas dinâmicas econômicas e culturais, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação ambiental (Snyder & Sullen, 2011). A literatura sobre ecoturismo frequentemente sublinha a importância de inserir comunidades locais no processo turístico, como forma de promover benefícios econômicos diretos e evitar a alienação dessas populações em relação aos processos de desenvolvimento regional (Wearing & Neil, 2009).

Além disso, o turismo de base comunitária possibilita o protagonismo de populações locais em processos de desenvolvimento regional e tomadas de decisão. Isso reduz a dependência de grandes operadores turísticos externos e permite que o controle sobre o uso dos recursos naturais e as tradições culturais se mantenham junto aos atores locais (Snyder & Sulle, 2011). Esse modelo de turismo sustentável ajuda a construir uma economia local mais robusta e resiliente, além de fomentar o sentimento de pertença e redução da pobreza (Scheyvens, 2002).

Entretanto, entre os interlocutores uma minoria considera que a interferência do turismo de observação de baleias na economia é insignificante ou inexistente. Entre os que sustentam essa percepção, está o Terceiro Setor, cuja percepção pode estar ligada à visão crítica sobre os impactos econômicos tangíveis da atividade e sobre sua real capacidade de modificar substancialmente o Produto Interno Bruto (PIB) da região. De fato, o ecoturismo, por mais promissor que seja, enfrenta desafios de escala e estrutura que limitam seu impacto econômico em regiões onde não há uma cadeia de valor bem estabelecida (Hoyt, 2001). No caso específico do turismo de observação de baleias, é frequente a crítica de que a atividade, embora benéfica, ainda é restrita a grupos pequenos de turistas e, portanto, não alcança um volume suficiente para gerar mudanças estruturais significativas na economia regional (Higham et al. 2014; Hofeldt, 2012).

O argumento de que uma atividade pontual não interfere significativamente no PIB do estado reflete uma compreensão macroeconômica da questão. Embora o turismo de observação de baleias possa ter um impacto local expressivo, especialmente em áreas litorâneas específicas, seu efeito sobre o PIB total de uma região tende a ser marginal, particularmente em economias mais diversificadas (O'Connor et al., 2009). Essa crítica revela a necessidade de se pensar o ecoturismo não apenas como uma fonte isolada de renda, mas como parte de um modelo integrado de desenvolvimento sustentável, no qual atividades econômicas se complementam e se reforçam mutuamente, promovendo a resiliência econômica das comunidades costeiras (TIES, 2015).

Além dos benefícios econômicos e ambientais, a percepção dos interlocutores sugere que a prática tem o potencial de promover mudanças culturais significativas. Contudo, para que essas mudanças sejam efetivas e inclusivas, é necessário superar desafios estruturais que garantam a acessibilidade e a participação de todos (Tatar, 2023). A gestão pública, a iniciativa privada e o terceiro setor concordam em grande parte que a atividade de observação de baleias promove uma reconfiguração das interações entre os seres humanos e o ambiente marinho, o que reforça uma mentalidade mais sensível à biodiversidade e à conservação dos oceanos. Este fenômeno pode ser compreendido à luz dos estudos sobre ecoturismo comunitário, que mostram como as interações diretas com a natureza sensibilizam e transformam as atitudes ambientais dos turistas e das comunidades locais (Tisdell & Wilson, 2012). Além disso, há uma mudança cultural perceptível em direção à valorização de práticas sustentáveis e de baixo impacto, um movimento que encontra respaldo em abordagens críticas sobre a educação ambiental como instrumento de transformação social (Ballantyne et al., 2011).

O turismo de observação de baleias não apenas fortalece a educação ambiental, mas também resgata e valoriza as tradições locais, especialmente quando envolve comunidades tradicionais (Sebele, 2010). A iniciativa privada e o terceiro setor reconhecem a importância dessa valorização como uma estratégia de integração comunitária, onde o patrimônio cultural e o conhecimento local são integrados na prática turística. Essa valorização de culturas locais tem o potencial de promover uma revitalização cultural, transformando práticas tradicionais em atrativos turísticos que celebram o modo de vida de comunidades costeiras (Wearing e Neil, 2009). No entanto, os desafios de acessibilidade ainda representam uma preocupação, especialmente para as comunidades que não possuem recursos adequados para participar plenamente dessa economia. A gestão pública reconhece que, embora haja um potencial de integração, a falta de infraestrutura e de políticas de inclusão limita o alcance do turismo para certos segmentos da população. Isso é respaldado por estudos que apontam para as barreiras estruturais e econômicas que impedem uma verdadeira democratização das atividades turísticas voltadas para a conservação (Boley et al., 2014). Portanto, enquanto o turismo de observação de baleias pode ser uma ferramenta de mudança cultural e ambiental, ele também precisa ser acompanhado por estratégias que garantam sua acessibilidade.

Por fim, a educação ambiental emerge como um ponto de convergência entre os setores. A gestão pública utiliza a prática como parte de uma agenda mais ampla de educação e governança ambiental alinhada aos objetivos de conservação global. Já a iniciativa privada e o terceiro setor enfatizam a sensibilização como uma maneira de criar pensamento crítico e promover mudanças comportamentais mais duradouras. Neste sentido, a observação de baleias quando aliada à educação, tem o potencial de gerar um efeito cascata, em que turistas se tornam defensores da conservação após suas experiências (Lück, 2015).

Na percepção dos interlocutores existe uma lacuna de conhecimento sobre a regulamentação e fiscalização da atividade, em que percebem os órgãos ambientais e institutos de conservação como responsáveis, mas sem uma compreensão clara das atribuições específicas dessas entidades. As respostas obtidas expressam, majoritariamente, especulações sobre quais órgãos poderiam ser responsáveis, mas sem uma definição concisa de suas funções. Este fenômeno pode ser compreendido à luz da perspectiva de governança ambiental, onde a eficácia das políticas públicas depende de sua apropriação e entendimento pelos diferentes setores da sociedade (Ostrom, 2009). Isso aponta para uma fragmentação institucional em que a ausência de coordenação entre as várias esferas governamentais (federais, estaduais e locais) gera incertezas sobre as responsabilidades de fiscalização (Garrod e Wilson, 2004; Hochstetler e Keck, 2007).

Esse vácuo regulatório e de comunicação entre os diversos agentes envolvidos pode ser interpretado como uma manifestação da fragmentação institucional que caracteriza muitas práticas de governança ambiental no Brasil (Hochstetler & Keck, 2007). A falta de clareza e a ausência de normativas específicas contribuem para a perpetuação de práticas irregulares e potencialmente prejudiciais ao ecossistema marinho, bem como revela uma responsabilidade difusa em que múltiplos atores são vistos como potenciais reguladores, mas sem uma definição clara de suas atribuições.

Nesse contexto, a implementação do turismo de observação de baleias no Espírito Santo revela a coexistência de desafios estruturais e oportunidades naturais e econômicas para o desenvolvimento da atividade. A falta de infraestrutura, como píeres adequados e embarcações homologadas, associada à ausência de políticas públicas claras, limita o potencial turístico. Esses fatores estão alinhados com desafios típicos de atividades de ecoturismo em regiões emergentes onde a infraestrutura insuficiente e a falta de regulamentação podem desestimular sua implementação (Weaver, 2008).

A ausência de políticas públicas específicas e de apoio governamental também foi identificada como um obstáculo central. Políticas eficazes de governança ambiental são fundamentais para a implementação de práticas ecoturísticas sustentáveis, pois elas facilitam a cooperação entre os diferentes *stakeholders* e asseguram que normas de conservação sejam cumpridas (Ostrom, 2009). A falta de envolvimento governamental é um aspecto que compromete a implementação de atividades ecoturísticas, como o turismo de observação de baleias, uma vez que cria um vácuo de regulamentação e monitoramento.

Além disso, os altos custos de investimento e a sazonalidade da atividade foram mencionados como fatores limitantes. Estudos sobre a economia do turismo mostram que, em atividades altamente dependentes de fatores sazonais, como a observação de baleias, os riscos de investimento aumentam devido à imprevisibilidade da demanda e à necessidade de capital contínuo para manter a infraestrutura operacional durante o ano todo (Garrod & Wilson, 2004). A sazonalidade também é um aspecto que pode ser agravado pela falta de qualificação dos prestadores de serviços, uma vez que a ausência de profissionais capacitados tende a limitar a oferta de experiências de qualidade, resultando em um menor engajamento por parte dos turistas.

Por outro lado, as vantagens naturais e geográficas destacadas pelos interlocutores são fundamentais para a exploração sustentável dessa atividade no estado do ES. A proximidade das baleias à costa e a presença de um grande número de indivíduos de *Megaptera novaeangliae* (baleia-jubarte) são elementos que aumentam o potencial de atração turística da região. Em

regiões com fácil acesso às áreas de concentração de cetáceos apresentam uma vantagem competitiva significativa no desenvolvimento do turismo de observação de baleias, uma vez que isso facilita o deslocamento dos turistas e reduz os custos operacionais (Hoyt, 2001). Ainda existe o fator da localização estratégica do estado do ES, como outro ponto favorável que também contribui para a implementação da atividade, pois pode atrair turistas tanto de estados vizinhos quanto do exterior. Destinos turísticos bem posicionados geograficamente podem se beneficiar do turismo de natureza, especialmente quando associados a espécies carismáticas como as baleias-jubarte (Dwyer e Forsyth, 2006).

Assim, as dificuldades apontadas pelos entrevistados refletem desafios comuns em projetos de turismo de base comunitária, ecoturismo e gestão de recursos naturais. A falta de infraestrutura e regulamentação, combinada com a ausência de investimentos governamentais, sugere que a implementação do turismo de observação de baleias no ES depende de uma maior articulação entre os setores público e privado, além de um reforço das capacidades locais para absorver o desenvolvimento dessa atividade. Ao mesmo tempo, as vantagens naturais e econômicas da região facilitam a expansão do ecoturismo, desde que acompanhado de políticas públicas eficazes, uma governança colaborativa e investimentos estratégicos que permitam a participação de locais.

### **Considerações Finais**

Apesar das divergências de percepção entre os setores, há um consenso sobre a importância do turismo de observação de baleias na sensibilização ambiental voltado à conservação, bem como a integração deste ao desenvolvimento econômico. Contudo, a falta de normativas claras e a fragmentação institucional revelam lacunas na governança ambiental que impactam a eficácia das políticas de conservação e dificultam a fiscalização. Esse cenário indica a necessidade de maior articulação entre as instituições, bem como a ampliação da disseminação das normativas existentes para garantir que todos os atores envolvidos compreendam e adotem práticas de baixo impacto ambiental.

O turismo de observação de baleias surge, portanto, como uma prática multifacetada, com potencial significativo para conservação ambiental e fortalecimento de turismo local sustentável. Entretanto, para que esse potencial seja efetivamente alcançado, é imperativo desenvolver estratégias integradas que promovam a acessibilidade da atividade a diferentes segmentos da população, garantam a participação de comunidades locais e assegurem o mínimo de impacto. Recomenda-se, ainda, que futuros estudos se dediquem a investigar os impactos de

longo prazo dessa prática, considerando tanto as dimensões ecológicas quanto socioeconômicas, a fim de orientar a formulação de políticas públicas mais robustas e efetivas.

### **Agradecimentos**

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES [(Nº FAPES: 166/2023 – EDITAL Nº 11/2021) e (Programa DI 026/2023 - SECTI/FAPES: Sistema Produtivo da Economia do Mar do Estado do Espírito Santo - SPEM/ES (Nº FAPES: 1082/2023 - P:2023 -J47S7/ Nº SIAFEM: 2023-J47S7)]; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ/PQ (Processo: 304179/2022-1); FAPES DI 004/2024 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Espírito Santo (ZEEC-ES).

### **Referências**

- ABREU, J. S. et al. Pesca artesanal no município de Guarapari, estado do Espírito Santo: Uma abordagem sobre a percepção de pescadores que atuam na pesca de pequena escala. *Sociedade & Natureza*, v. 32, p. 56-71, 2022.
- ANDRIOLO, A. et al. Humpback whales within the Brazilian breeding ground: distribution and population size estimate. *Endangered Species Research*, v. 11, n. 3, p. 233-243, 2010.
- BALLANTYNE, Roy; PACKER, Jan; SUTHERLAND, Lucy A. Visitors' memories of wildlife tourism: Implications for the design of powerful interpretive experiences. *Tourism management*, v. 32, n. 4, p. 770-779, 2011.
- BAULCH, Sarah; PERRY, Clare. Evaluating the impacts of marine debris on cetaceans. *Marine pollution bulletin*, v. 80, n. 1-2, p. 210-221, 2014.
- BEJDER, Lars et al. Decline in relative abundance of bottlenose dolphins exposed to long-term disturbance. *Conservation Biology*, v. 20, n. 6, p. 1791-1798, 2006.
- BORTOLOTTI, G. A. et al. Whale, Whale, Everywhere: Increasing Abundance of Western South Atlantic Humpback Whales (*Megaptera novaeangliae*) in Their Wintering Grounds. *PLoS ONE* v. 11, n.10, p. e0164596, 2016.
- BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. Crisis and continuity of capitalist society-nature relationships: The imperial mode of living and the limits to environmental governance. *Review of International Political Economy*, v. 20, n. 4, p. 687-711, 2013.
- BROCKINGTON, Dan; DUFFY, Rosaleen (Ed.). *Capitalism and conservation*. John Wiley & Sons, 2011.
- BUCKLEY, Ralf. *Ecotourism: Principles and practices*. CABI, 2009.

- CHRISTIANSEN, Fredrik; LUSSEAU, David. Linking behavior to vital rates to measure the effects of non-lethal disturbance on wildlife. *Conservation Letters*, v. 8, n. 6, p. 424-431, 2015.
- DE LA CRUZ-MODINO, R.; COSENTINO, M. Conservation Hub: The added value of the whale-watching industry. *Sustainability*, v. 14, 2022.
- ERBE, Christine et al. The effects of ship noise on marine mammals—a review. *Frontiers in Marine Science*, v. 6, p. 606, 2019.
- FILLA, Gislaïne de Fatima et al. The economic evaluation of estuarine dolphin (*Sotalia guianensis*) watching tourism in the Cananéia region, south-eastern Brazil. *International Journal of Green Economics*, v. 6, n. 1, p. 95-116, 2012.
- FINKLER, Wiebke; HIGHAM, James ES. Stakeholder perspectives on sustainable whale watching: A science communication approach. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 28, n. 4, p. 535-549, 2020.
- FOSSI, Maria Cristina et al. Large filter feeding marine organisms as indicators of microplastic in the pelagic environment: the case studies of the Mediterranean basking shark (*Cetorhinus maximus*) and fin whale (*Balaenoptera physalus*). *Marine environmental research*, v. 100, p. 17-24, 2014.
- GARROD, Brian et al. (Ed.). *Marine ecotourism: issues and experiences*. Clevedon: Channel View Publications, 2003.
- GEERTZ, Clifford. La description dense. Vers une théorie interprétative de la culture. *Enquête*. *Archives de la revue Enquête*, n. 6, p. 73-105, 1998.
- GOMES, Rosany Rossi Pereira. *Turismo de observação de cetáceos no Brasil*. 2021.
- HIGHAM, James ES; LUSSEAU, Davis. Urgent need for empirical research into whaling and whale watching. *Conservation Biology*, p. 554-558, 2007.
- HOFELDT, Kaitlyn. *Countries' Involvement in Whaling and the Impacts on Their Tourism Industries*. 2012.
- HOYT, E. Sustainable ecotourism on Atlantic islands, with special reference to whale watching, marine protected areas and sanctuaries for cetaceans. *Biol. Environ*, v. 105, p. 141–154, 2005.
- HOYT, E. *Whale watching: Worldwide tourism numbers, expenditures, and expanding socioeconomic benefits*. Yarmouth Port, MA, USA: International Fund for Animal Welfare. 2001.
- HOYT, E.; IÑÍGUEZ, . *The state of whale watching in Latin America*. Wdcs, Chippenham, Uk, 2008.

- HOYT, E; HVENEGAARD, G. T. A review of whale-watching and whaling with applications for the Caribbean. *Coastal Management*, v. 30, n. 4, p. 381-399, 2002.
- HUNTER, Colin; GREEN, Howard. *Tourism and the environment: A sustainable relationship?*. 1995.
- INSKEEP, Edward. *Tourism planning: An integrated and sustainable development approach*. Van Nostrano Reinhold, 1991.
- KASSAMALI-FOX, Ayshah et al. Tour boats affect the activity patterns of bottlenose dolphins (*Tursiops truncatus*) in Bocas del Toro, Panama. *PeerJ*, v. 8, p. e8804, 2020.
- LAIST, David W. et al. Collisions between ships and whales. *Marine Mammal Science*, v. 17, n. 1, p. 35-75, 2001.
- LÜCK, Michael. Education on marine mammal tours as agent for conservation—but do tourists want to be educated?. *Ocean & coastal management*, v. 46, n. 9-10, p. 943-956, 2003.
- LUSSEAU, David; BEJDER, Lars. The long-term consequences of short-term responses to disturbance experiences from whalewatching impact assessment. *International Journal of Comparative Psychology*, v. 20, n. 2, 2007.
- MACEDO, Heitor S. et al. Have you seen the dolphins? Dolphin watching participatory monitoring in a Brazilian multiple-use Marine Protected Area. In: *Marine Protected Areas*. Elsevier, 2020. p. 361-378.
- MARTINS, C. C.; et al. Identifying priority áreas for humpback whale conservation at Eastern Brazilian Coast. *Ocean and Coastal Management*, v. 75, p. 63-71, 2013.
- MASON, M. Sample size and Saturation in PhD studies using qualitative interviews. *Forum: Qualitative Social Research*. v. 11, n. 3, 2010.
- MAYES, Gayle; DYER, Pam; RICHINS, Harold. Dolphin-human interaction: Pro-environmental attitudes, beliefs and intended behaviours and actions of participants in interpretation programs: A pilot study. *Annals of Leisure Research*, v. 7, n. 1, p. 34-53, 2004.
- MCINTYRE, George. *Sustainable tourism development: guide for local planners*. 1993.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1992.
- NEW, Leslie F. et al. The modelling and assessment of whale-watching impacts. *Ocean & Coastal Management*, v. 115, p. 10-16, 2015.
- O'CONNOR, Simon et al. *Whale Watching Worldwide: tourism numbers, expenditures and expanding economic benefits, a special report from the International Fund for Animal Welfare*. Yarmouth MA, USA, prepared by Economists at Large, v. 228, 2009.

- ORAMS, Mark B. Towards a more desirable form of ecotourism. *Tourism management*, v. 16, n. 1, p. 3-8, 1995.
- ORAMS, Mark B.; PAGE, Stephen J. Designing self-reply questionnaires to survey tourists: Issues and guidelines for researchers. *Anatolia*, v. 11, n. 2, p. 125-139, 2000.
- PARSONS, E. C. M.; BROWN, D. M. Recent advances in whale-watching research: 2016–2017. *Tourism in Marine Environments*, v. 13, n. 1, p. 41-51, 2018.
- PERSHING, Andrew J. et al. The impact of whaling on the ocean carbon cycle: why bigger was better. *PloS one*, v. 5, n. 8, p. e12444, 2010.
- PLATIAU, A. F. B.; et al. A década da ciência oceânica como oportunidade de justiça azul no sul global. *Conjuntura Austral*, v. 12, n. 59, p. 11-20, 2021.
- PRANDINI, R.; GANUGI, G. Co-governance and co-management as preliminary conditions for social justice in co-creation. *Co-creation in Public Services for Innovation and Social Justice: Concrete Elasticity!*, p. 111, 2024.
- REYNOLDS, Paul C.; BRAITHWAITE, Dick. Towards a conceptual framework for wildlife tourism. *Tourism management*, v. 22, n. 1, p. 31-42, 2001.
- ROMAN, Joe; MCCARTHY, James J. The whale pump: marine mammals enhance primary productivity in a coastal basin. *PloS one*, v. 5, n. 10, p. e13255, 2010.
- ROSSI-SANTOS, M. R. Whale-watching noise effects on the behavior of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in the Brazilian breeding ground. In: *Proceedings of Meetings on Acoustics 4ENAL*. Acoustical Society of America, v. 27, n. 1, p. 040003, 2016.
- RYAN, G.; BERNARD, H. R. Data management and analysis methods. *Handbook of qualitative research*. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). *Handbook of Qualitative Research*. Londres: Sage, v. 2, n. 1, p. 769-802, 2000.
- SCHENSUL, S. L.; SCHENSUL, J. J.; LECOMPTE, M. D. *Essential Ethnographic Methods: Observations Interviews and Questionnaires*, 2 ed. Walnut Creek: Altamira Press, 1999.
- SCHEYVENS, Regina. *Tourism for development: Empowering communities*. Pearson Education, 2002.
- SCHWOERER, T.; KNOWLER, D.; GARCIA-MARTINEZ, S. The value of whale watching to local communities in Baja, Mexico: A case study using applied economic rent theory. *Ecological Economics*, v. 127, p. 90-99, 2016.
- SEBELE, Lesego S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama rhino sanctuary trust, central district, Botswana. *Tourism management*, v. 31, n. 1, p. 136-146, 2010.

- SICILIANO, S. Report of the Scientific Committee, Annex E. Report of the SubCommittee on Southern Hemisphere Baleen Whales, Appendix 6. Preliminary report on the occurrence and photo-identification of humpback whales in Brazil. Rep. int. Whal. Commn v. 45, p. 138–40, 1995.
- SILVA-JR, J.M. Turismo de Observação de Mamíferos Aquáticos: benefícios, impactos e estratégias. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 10, n.2, p. 433-465, 2017.
- SIMMONDS, Mark P. et al. Marine noise pollution-increasing recognition but need for more practical action. 2014.
- SIMÕES, D.G.; MACEDO, R.H.F; ENGEL, M.H. Turismo de observação de cetáceos como ferramenta no estudo do comportamento de baleias jubarte (*Megaptera novaengliae*). Revista de Etologia, v.7, n.1, p. 2-14, 2005.
- SNYDER, Katherine A.; SULLE, Emmanuel B. Tourism in Maasai communities: a chance to improve livelihoods?. Journal of Sustainable Tourism, v. 19, n. 8, p. 935-951, 2011.
- TATAR, Bradley. Advocacy, Ecotourism, and Biopolitics of Whale Conservation in Ecuador. Sustainability, v. 15, n. 15, p. 11608, 2023.
- TEIS, M. A.; TEIS, D. T. A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. v. 1, p. 1 – 8, 2006.
- TISDELL, Clement Allan; WILSON, Clevo. Nature-based tourism and conservation: New economic insights and case studies. Edward Elgar Publishing, 2012.
- WEARING, Stephen L. et al. Whale watching as ecotourism: How sustainable is it?. Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal, v. 6, n. 1, p. 38-55, 2014.
- WEARING, Stephen L. et al. Whale watching as ecotourism: How sustainable is it?. Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal, v. 6, n. 1, p. 38-55, 2014.
- WHEEN, Nicola. International Whaling Commission (IWC). Yearbook of International Environmental Law, v. 34, n. 1, p. yvae016, 2023.
- ZAPPES, CA. et al. Decade of Ocean Science and its relationship with Social environmental Oceanography Década da Ciência Oceânica e sua relação com a Oceanografia Socioambiental. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 7, p. 66513-66534, 2021.
- ZERBINI, A. N. et al. A Bayesian assessment of the conservation status of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in the western South Atlantic Ocean. J. Cetacean Res. Manage., p. 131-144, 2011.
- ZERBINI, A. N. et al. Migration and summer destinations of humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) in the western South Atlantic Ocean. J. Cetacean Res. Manage., p. 113-118, 2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste estudo destacaram elementos fundamentais para a compreensão das dinâmicas do turismo de observação de baleias no Espírito Santo. A identificação dos *stakeholders* envolvidos destacou a contribuição essencial de diferentes setores, sendo a gestão pública responsável pela formulação de políticas públicas e regulamentações ambientais, a iniciativa privada relevante na operacionalização da atividade e na defesa da viabilidade econômica, e o terceiro setor engajado em iniciativas educacionais e de inclusão, promovendo a sensibilização ambiental e participação social. No entanto, as interações entre esses grupos revelaram tensões marcadas por conflitos de interesse, como aqueles observados no uso do Píer dos Pescadores, que refletem desigualdades de acesso e apropriação de espaços públicos.

As percepções dos interlocutores sobre as interferências do turismo de observação de baleias evidenciaram tanto aspectos positivos quanto negativos. Dentre os benefícios destacados, ressaltam-se o potencial da atividade para sensibilizar e educar ambientalmente, além de impulsionar o desenvolvimento econômico local. Essas características reafirmam o turismo de observação de baleias como uma estratégia promissora para conciliar a conservação ambiental com o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, desafios estruturais significativos foram identificados, incluindo a falta de regulamentação específica, infraestrutura inadequada e barreiras de acessibilidade, além da mercantilização da natureza e dos custos elevados, que restringem o acesso, particularmente para comunidades tradicionais e populações vulneráveis, exacerbando desigualdades socioeconômicas. Também foram observados impactos ambientais negativos, como a perturbação dos cetáceos causada por ruídos subaquáticos e pela presença de embarcações.

Nesse contexto, é fundamental a implementação de medidas de co-gestão integrada para promover o turismo de observação de baleias como uma prática verdadeiramente sustentável e inclusiva. Recomenda-se o estabelecimento de um marco regulatório robusto, com diretrizes claras sobre o número de embarcações permitidas, distâncias mínimas de aproximação, capacitação contínua de operadores e fiscalização efetiva das atividades. Além disso, a criação de um sistema de monitoramento e avaliação contínuos é imprescindível para mensurar os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais, bem como para adaptar as práticas com base em evidências.

Outro aspecto prioritário é a promoção da inclusão social e da acessibilidade. Faz-se necessário o desenvolvimento de infraestrutura adaptada para pessoas com deficiência (PcD) e a criação de experiências sensoriais que ampliem o acesso às atividades turísticas. A inclusão

das comunidades locais nos processos de planejamento e decisão é fundamental para assegurar que seus interesses sejam contemplados e que a atividade seja integrada à realidade sociocultural da região. Nesse sentido, a cogestão participativa, envolvendo órgãos governamentais, iniciativa privada, organizações não governamentais, pesquisadores e comunidades, representa uma abordagem promissora para equilibrar as demandas de conservação e desenvolvimento.

Por fim, as ações aqui discutidas estão alinhadas aos objetivos da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável e contribuem diretamente para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 da Agenda 2030. Ao promover uma gestão integrada e responsável do turismo de observação de baleias, este estudo busca oferecer subsídios para a construção de políticas públicas mais equitativas e sustentáveis, fortalecendo a relação entre a sociedade e os ecossistemas marinhos.

## APÊNDICE

**Questionário A:** Aplicado aos *stakeholders* envolvidos indiretamente com o turismo de observação de baleias (*whale watching*) no Espírito Santo, sudeste do Brasil.

Número	do	Questionário:	_____	Instituição/Local:		
Data:	____	/	____	/	____	Nome:
Idade:	____	Formação:	_____	Atuação:		
1) Você sabe o que é <i>Whale Watching</i> (turismo de observação de baleias)? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu						
2) Este turismo de observação de baleias existe na costa do ES? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu						
3) Quem é pratica/realiza este tipo de turismo no ES? _____ _____						
4) Quando as baleias aparecem na costa do Espírito Santo? _____ _____						
5) Há quanto tempo existe o turismo de observação de baleias no ES? _____ _____						
6) Qual sua percepção sobre este tipo de turismo para o ES? _____ _____ _____						
7) Para o ES Você considera este tipo de turismo... ( ) Bom ( ) Ruim ( ) Indiferente _____ _____						
8) Você já realizou este tipo de atividade? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu						
9) Se sim, onde/com quem foi? _____						
10) Você realizou esta atividade... ( ) Individual ( ) Dupla ( ) Grupo						
11) Quanto tempo durou a atividade? _____						
12) Você avistou baleias? ( ) Sim ( ) Não						
13) Se sim, quantas? _____						
14) Teve algum conflito/acidente com as baleias? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu						

---

15) Qual o tipo de embarcação? ( ) A ( ) B ( ) C ( ) D

16) Quantos passageiros haviam na embarcação?

---

17) Teve alguma orientação prévia em relação a segurança na embarcação?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu

---

18) Quais dispositivos de segurança a embarcação possuía?

---

19) Teve alguma orientação prévia em relação a segurança das baleias?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu

---

20) Qual o custo da atividade?

---

21) Você considera o *whale watching* no ES uma atividade acessível financeiramente?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu

22) Por quê?

---

23) Você considera o *whale watching* no ES uma atividade acessível para PCD's (pessoas com deficiência)?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu

24) Por quê?

---

25) Você considera o *whale watching* no ES uma atividade sustentável?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu

26) Por quê?

---

27) Você acha que o turismo de observação de baleias interfere na nossa vida?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu

28) Se sim, como?

---

29) Você acha que o turismo de observação de baleias interfere na economia do estado/município?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu

30) Se sim, como?

---

---

---

31) Você acha que o turismo de observação de baleias no ES possui algum impacto social/cultural na sociedade?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

31) Se sim, de que forma?

---

---

---

33) Você acha que o turismo de observação de baleias interfere na conservação da vida marinha?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

34) Se sim, como?

---

---

---

35) Quais impactos você acha que o turismo de observação de baleias pode trazer para a vida marinha?

---

---

---

36) Existe alguma normativa responsável pelo ordenamento/fiscalização desta atividade?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

37) Qual?

---

---

38) Existe algum órgão responsável pela fiscalização desta atividade?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

39) Qual?

---

---

40) Na sua percepção, existem fatores que interferem a implementação do turismo de observação de baleias no ES?

---

---

---

41) Na sua percepção, quais fatores são favoráveis para a implementação do turismo de observação de baleias no ES?

---

---

---

42) Você já ouviu falar na Década do Oceano?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

43) Você já ouviu falar na Agenda 2030?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

44) Você já ouviu falar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

45) Se sim, como você acha que o turismo de observação de baleias pode contribuir para o cumprimento da Agenda 2030? De que forma?

---

---

---

46) Quais sugestões para o turismo de observação de baleias na costa do ES?

---

---

---

---

---

---

**Questionário B:** Aplicado aos *stakeholders* responsáveis pela promoção, ordenamento e realização do *whale watching* no Espírito Santo, sudeste do Brasil.

Número	do	Questionário:	_____	Instituição/Local:		
Data:	____	/	____	/	____	Nome:
Idade:	____	Formação:	_____	Atuação:		

1) Quem pratica/organiza este tipo de turismo no ES?

---

---

2) Quando as baleias aparecem na costa do Espírito Santo?

---

---

3) Há quanto tempo existe o turismo de observação de baleias no ES?

---

---

4) Qual sua percepção sobre este tipo de turismo para o ES?

---

---

---

---

5) Para o ES Você considera este tipo de turismo...

Bom  Ruim  Indiferente

---

6) A sua empresa/instituição/ONG realiza este tipo de atividade (*whale-watching*)?

Sim  Não  Não Sabe  Não Respondeu

7) Se sim, de onde ocorrem as saídas?

---

8) Qual o tempo de duração da atividade?

---

9) Quantas milhas são percorridas para realizar o avistamento?

---

10) Em todas as saídas há avistamento de baleias?  Sim  Não

11) Se sim, quantas?

---

12) Teve algum conflito/acidente com baleias?  Sim  Não  Não Sabe  Não Respondeu

13) Se sim, o que aconteceu?

---

14) Qual a distância de aproximação das baleias?

---

15) Qual a documentação necessária para realizar este tipo de atividade?

---

16) Quantas embarcações a empresa/instituição/ONG possui?

---

17) Qual o tipo de embarcação?  A  B  C  D

18) Podem sair embarcações simultaneamente?  Sim  Não  Não Sabe  Não Respondeu

19) Se sim, quantas?

---

20) Quantos passageiros são permitidos na embarcação?

---

21) A tripulação é composta por quantas pessoas?

---

22) É realizada alguma capacitação da tripulação sobre como realizar o *whale watching*?  
 Sim  Não  Não Sabe  Não Respondeu

---

23) É realizada alguma orientação prévia em relação a segurança na embarcação para os visitantes?

Sim  Não  Não Sabe  Não Respondeu

---

24) Quais dispositivos de segurança a embarcação possui?

---

---

25) É realizada alguma orientação prévia em relação a segurança das baleias para os visitantes?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não Respondeu

---

---

26) O público que realiza o passeio é majoritariamente composto por:  
( ) Moradores ( ) Visitantes de Outros Estados  
27) De quais regiões/estados?

---

---

28) Qual a faixa etária do público que realiza este tipo de atividade?

---

---

29) O público geralmente realiza esta atividade... ( ) Individual ( ) Dupla ( ) Grupos  
30) Em qual período do ano tem maior número de saídas para avistamento?

---

---

31) Quais os canais de divulgação utilizados para divulgar o passeio?

---

---

32) Qual o valor cobrado para realizar a atividade?

---

---

33) Você considera o *whale watching* no ES uma atividade acessível financeiramente?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu  
33) Por quê?

---

---

34) Você considera o *whale watching* no ES uma atividade acessível para PCD's (pessoas com deficiência)?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu  
35) Por quê?

---

---

36) Você considera o *whale watching* no ES uma atividade sustentável?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu  
37) Por quê?

---

---

38) Você acha que o turismo de observação de baleias interfere na nossa vida?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não Sabe ( ) Não respondeu  
39) Se sim, como?

---

---

---

40) Você acha que o turismo de observação de baleias interfere na economia do estado/município?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

41) Se sim, como?

---

---

---

42) Você acha que o turismo de observação de baleias no ES possui algum impacto social/cultural na sociedade?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

43) Se sim, de que forma?

---

---

---

44) Você acha que o turismo de observação de baleias interfere na conservação da vida marinha?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

45) Se sim, como?

---

---

---

46) Quais impactos você acha que o turismo de observação de baleias pode trazer para a vida marinha?

---

---

---

47) Existe alguma normativa responsável pelo ordenamento/fiscalização desta atividade?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

48) Qual?

---

---

49) Existe algum órgão responsável pela fiscalização desta atividade?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

50) Qual?

---

---

51) Na sua percepção, existem fatores que interferem a implementação do turismo de observação de baleias no ES?

---

---

---

52) Na sua percepção, quais fatores são favoráveis para a implementação do turismo de observação de baleias no ES?

---

---

---

53) Você já ouviu falar na Década do Oceano?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

54) Você já ouviu falar na Agenda 2030?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

55) Você já ouviu falar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Sim  Não  Não Sabe  Não respondeu

56) Se sim, como você acha que o turismo de observação de baleias pode contribuir para o cumprimento da Agenda 2030? De que forma?

---

---

---

57) Quais sugestões para o turismo de observação de baleias na costa do ES?

---

---

---

---

---

---